

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

SANDRA MARA DUTRA PACHECO

**AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSC: UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO PERMANENTE**

Florianópolis

2010.2

SANDRA MARA DUTRA PACHECO

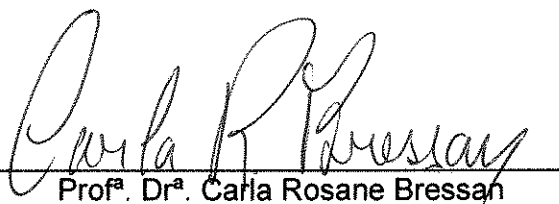
**AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSC: UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO PERMANENTE**


Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Professora Dra. Carla Rosane Bressan.

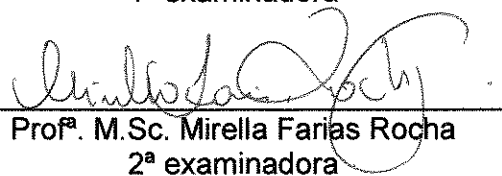
**SANDRA MARA DUTRA PACHECO**

**AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSC: UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO  
PERMANENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, avaliado e aprovado pela Comissão Examinadora integrada pelos membros:

  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Rosane Bressan  
Orientadora

  
Corina Martins Espindola  
Assistente Social  
1<sup>a</sup> examinadora

  
Prof<sup>ª</sup>. M.Sc. Mirella Farias Rocha  
2<sup>a</sup> examinadora

**Florianópolis - SC  
2010**

## DEDICATÓRIA

Dedico a minha mãe Erotides  
Ao meu pai Jair,  
Ao meu marido Dilson,  
Às minhas filhas Aline e Lorena  
À minha neta Danielly, e  
ao meu neto Luiz Felipe que  
ainda está por vir...

## **AGRADECIMENTOS**

É tão difícil agradecer num momento desses, quando o esgotamento perpassa a razão. É maravilhoso perceber que se está chegando a um objetivo que, no meu caso, foi por pura curiosidade e teimosia... muita teimosia, que culminou na realização de um sonho que habitava a minha cabeça desde a adolescência. Agradeço a Deus por essa oportunidade!

Estudar na UFSC é um sonho que se mostrava distante, apesar de eu pertencer ao seu quadro de funcionários faz 30 anos! Esta Instituição me possibilitou, através da oferta do Curso Pré-Vestibular Popular, vislumbrar a realização desse meu sonho, pois já estava afastada dos bancos escolares por muito tempo.

Os agradecimentos se estendem a todos os professores do Curso Pré-Vestibular da UFSC que, com alegria e satisfação (sentia-se no semblante de cada um), passavam suas mensagens com sabedoria e inesgotável energia, na expectativa de ver cada um de nós com nossos nomes estampados nas listas dos aprovados no vestibular mais concorrido de Santa Catarina.

Uma homenagem ao Professor José Umberto Teixeira, recentemente falecido, que foi um dos melhores protagonistas desta equipe. Que tenha paz onde estiver!

Aos meus pais, Jair (92 anos) e Erotides (85 anos), um carinho de conforto, pois viveram minha expectativa, sem muito entender o motivo que me levou a estudar novamente. Pai, mãe, está acabando...e tudo voltará ao normal e passaremos a nos encontrar lá em casa aos sábados novamente, para um almoço em família.

Ao meu marido e companheiro Dilson, que agüentou a barra me auxiliando nos afazeres de casa, me esperando com uma sopa quentinha nos invernos nos quais as aulas só terminavam às 10 horas da noite! Valeu pela paciência em me “aturar” nos momentos pré-avaliações e também neste, em que vivo “enclausurada” por horas na frente do computador, escrevendo o TCC. Amo você!

Às minhas filhas Aline, pela compreensão e apoio incondicional e pela perspectiva de melhora emocional a cada dia que passa e Lorena, que no auge dos seus 18 anos, uma hora ou outra tenta me auxiliar nos trabalhos de casa e nas orientações sobre informática, tema este que não domino completamente.

À minha neta Danielly pelo imenso carinho pelo qual me trata e ao meu genro Luiz pela alegria e sensibilidade no trato com a família. Tenha certeza que isso me faz muito bem.

Agradeço também a minha turma (2006.1) de ingresso do Curso de Serviço Social, principalmente por me acolher tão “normalmente”. Afinal, eu destoava, e muito, da faixa etária dos demais estudantes, e isso nunca foi entrave para o nosso entrosamento. Pelo contrário, a nossa troca foi incrível!

À minha amiga Viviane, por sua amizade, entrosamento e convivência nos momentos de alegria e de estudo. Vivi, aquelas saídas para uma pizza daqui a pouco podemos retomar!

Incrível mesmo foi ter conhecido no primeiro dia de aula uma pessoa que ficará para sempre no meu coração e nas minhas lembranças: a minha amiga Sílvia. Passamos o curso inteiro fazendo as disciplinas passo-a-passo, nas mesmas turmas, nos mesmos horários. Fazíamos parte da mesma equipe e trabalhos em dupla. Não descolamos uma da outra até que nos deparamos com a fase do Estágio Obrigatório, onde cada uma foi para um lado, dada as características da opção de área.

A Sílvia foi, além de grande amiga e companheira, a minha agenda, o meu relógio, a minha memória, a minha confidente, o meu humor, a minha alegria, a minha apreensão... uma filha que eu gostaria de ter! Agradeço demais você ter aparecido em minha vida! Você foi um anjo hilariante que caiu do céu, para deixar meus dias mais leves.

Agradeço imensamente ao Professor Jonny Carlos da Silva, atual Coordenador do Curso de Engenharia Mecânica, coordenação esta na qual trabalho, pelo empenho em me auxiliar sugerindo o meu nome para fazer parte da equipe da Comissão do Programa de Ações Afirmativas, enquanto estagiária. Esta sugestão

me ajudou sobremaneira, pois conciliou trabalho e estágio na mesma Instituição, permitindo maior aproveitamento em ambos.

Igualmente, agradeço imensamente à Assistente Social e Supervisora de Campo Corina Martins Espíndola pela oportunidade, pela credibilidade, pelo carinho ao me receber como estagiária na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas da qual faz parte. Trabalhar com você foi um grande aprendizado. Sua visão do social vai além do profissional, pois o nosso usuário, acima de tudo, precisa de conforto na acolhida, respeito, solidariedade e competência. E isso você tem de sobra! Parabéns pelo seu trabalho na UFSC!

Agradeço também às estagiárias e bolsistas da Comissão do PAA, especialmente à Jacqueline, Daniela e Mayara. Obrigada pelo carinho no trato, pelo respeito mútuo, pelos ensinamentos recíprocos, pelo conforto nas horas de desânimo e pelos momentos de conversa animada em torno de uma mesa de café com bolo nas manhãs. Valeu!

Ao Diretor do DAE, Luiz Carlos Podestá, agradeço pela autorização da disponibilização dos Dados do Sistema Acadêmico de Graduação para que eu pudesse construir este trabalho, estendendo ao José Marcos do SeTIC (Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação), antigo NPD (Núcleo de Processamento de Dados), que os agrupou e me encaminhou.

Agradeço a todo o corpo docente do Curso de Serviço Social. Todos, dentro de suas especificidades, são grandes profissionais, em especial à Professora Eliete pela sua dedicação e atenção com os acadêmicos e com o Curso. Obrigada por sua presença nas nossas rodadas de pizza, compartilhando a nossa descontração.

Não poderia esquecer a Rosana Gaio, Secretária da Coordenação de Estágios do Curso de Serviço Social. Rô, você foi demais! Com sua alegria e dedicação, conquistou a todos!

Obrigada também ao meu sobrinho Alexandre pela disposição em me auxiliar nas tabelas e gráficos.

Ao Professor Tragtenberg por me atender para uma breve entrevista, também agradeço atenciosamente.

Às Professoras que concordaram em fazer parte da minha banca de defesa do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), Professora Mirella (como 2ª examinadora) e Professora Vera (como suplente) meu muitíssimo obrigada!

E finalmente, não poderia deixar de agradecer o empenho e a recepção da Professora Carla Rosane Bressan, ao aceitar-me como sua orientanda no TCC. Sua dedicação me levou a traçar o meu objetivo e persegui-lo passo-a-passo, buscando um bom desfecho. Obrigada pela calma e compreensão nessa orientação.

A todos um grande abraço!



## **EPIÍGRAFE**

“Não confunda derrota com fracasso e nem vitórias com sucesso. Na vida de um campeão sempre haverá algumas derrotas, assim como na vida de um perdedor sempre haverá vitórias. A diferença é que, enquanto os campeões crescem nas derrotas, os perdedores se acomodam nas vitórias.”

Roberto Shinyashiki

## RESUMO

PACHECO, Sandra Mara Dutra. Ações Afirmativas: uma política de inclusão permanente. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.2.

A implementação do Programa de Ações Afirmativas no Brasil, vem de um contexto de divergência de pensamentos, fruto do conhecimento e análises da história do nosso povo, que remete aos primeiros anos da nossa alfabetização. A contradição arraigada na nossa sociedade ainda não concebe a igualdade entre os indivíduos e isso fornece elementos para que haja a necessidade da existência de ações afirmativas, principalmente na área da educação, com a finalidade orientada para a inclusão social. Neste sentido, este trabalho visa dar visibilidade ao que está acontecendo na área da educação, respaldado pela legislação Federal, no espaço da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. O estudo objetivou mapear principalmente o ingresso dos vestibulares de 2008 / 2009 / 2010 – quando de início do programa, como também, delinear a permanência dos estudantes que adentram ao Ensino Superior por intermédio do Programa de Ações Afirmativas.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas, contradição, igualdade, educação, inclusão, sociedade, ingresso e permanência.

## **LISTA DE SIGLAS**

**APUFSC** – Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina

**CAGR** – Controle Acadêmico de Graduação

**CEFET** – Centro Federal de Educação Tecnológica

**CoSS** – Coordenadoria de Serviço Social

**CUn** – Conselho Universitário

**DAE** – Departamento de Administração Escolar

**ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio

**EUA** – Estados Unidos da América

**FAETEC/RJ** – Faculdade de Educação e Tecnologia do Rio de Janeiro

**FATEC/SP** – Faculdade de Tecnologia de São Paulo

**GTEGC** – Grupo de Etnia Gênero e Classe

**Ibase** – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IF** – Instituto Federal

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**NPD** – Núcleo de Processamento de Dados

**PAA** – Programa de Ações Afirmativas

**PL** – Projeto de Lei

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PRAE** – Pró-Reitoria de Assistência Estudantil

**PREG** – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

**PROUNI** – Programa Universidade Para Todos

**REUNI** – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

**RU** – Restaurante Universitário

**SeTIC** – Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação

**TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso

**UDESC** – Universidade do Estado de Santa Catarina

**UENF** – Universidade Estadual do Norte Fluminense

**UERJ** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**UFAL** – Universidade Federal de Alagoas

**UFBA** – Universidade Federal da Bahia

**UFPR** – Universidade do Paraná

**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

**UnB** – Universidade de Brasília

**UNICENTRO/PR** – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná

**UNIOESTE/PR** – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Cidades onde funcionam o Pré-Vestibular da UFSC .....	48
--	----

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PAA – Ingressos no Vestibular nos anos de 2008, 2009 e 2010 .....	49
TABELA 2 - Distribuição dos estudantes ingressos através do PAA nos Centros de Ensino da UFSC .....	52
TABELA 3 - PAA – Amostra do ingresso dos estudantes através do PAA, com recorte – Escola Pública .....	54
TABELA 4 - PAA – Amostra do ingresso dos estudantes através do PAA, com recorte – Negros .....	56
TABELA 5 - PAA – Amostra do ingresso dos estudantes através do PAA, com recorte – Índios .....	59

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PAA – Porcentagem de ingresso por Centro de Ensino com recorte – Escola Pública .....	<b>55</b>
Gráfico 2 - PAA – Porcentagem de ingresso por Centro de Ensino com recorte – Negros .....	<b>58</b>
Gráfico 3 - PAA – Porcentagem de ingresso por Centro de Ensino com recorte – Índios .....	<b>60</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1 CONHECENDO A LEGISLAÇÃO QUE NORTEOU AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL .....</b>	<b>19</b>
1.1 Adoção de políticas das ações afirmativas no sistema público de ensino superior .....	22
<b>2. CONTEXTUALIZANDO A DISCUSSÃO DA DIFERENÇA NA UNIVERSIDADE .....</b>	<b>26</b>
2.1 Elementos necessários para entender a discussão.....	26
2.2 Em que consiste a Ação Afirmativa na Política Educacional .....	33
<b>3 PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – SC .....</b>	<b>39</b>
3.1 Como a UFSC incorporou institucionalmente as ações afirmativas .....	39
3.2 O papel assumido pelo serviço social no acesso e permanência dos acadêmicos vinculados ao Programa de Ações Afirmativas – PAA .....	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO 01 - RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 008/CUN/2007, de 10 de julho de 2007 .....</b>	<b>74</b>
<b>Apêndice 01 - PAA – Classificação por Centro de Ensino nos anos de 2008, 2009 e 2010 .....</b>	<b>81</b>
<b>Apêndice 02 - Distribuição dos estudantes do PAA por Centro de Ensino e por Curso, nas modalidades de Escola Pública, Negros e Índios .....</b>	<b>86</b>
<b>Apêndice 03 - UFSC – Cursos distribuídos por Centros de Ensino .....</b>	<b>110</b>



## INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é cumprir com uma das normas para a conclusão do Curso de Serviço Social, tendo como definição a análise de dados do sistema de graduação, disponibilizados com a anuência do Diretor do DAE e compilados por José Marcos do SeTIC (Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação), com relação ao Programa de Ações Afirmativas – PAA implementado pela UFSC.

A escolha desse tema se mostrou fortalecida, através do contato direto que se fez no período de estágio ocorrido nos semestres 2010.1 e 2010.2, com a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas desta instituição, onde a temática se mostrou abrangente, diluída em condicionantes que permeavam raça, situação socioeconômica, etnias, na perspectiva de acessar um programa de assistência estudantil, visando a permanência do estudante que aqui ingressa pelo Programa de Ações Afirmativas.

Além do Programa de Ações Afirmativas implementado pela UFSC visando a democratização do acesso ao ensino superior e a permanência do estudante que ingressa pelo programa a universidade desenvolve programas de assistência estudantil, voltados principalmente para a permanência do jovem na universidade. Qualquer outro estudante que comprove sua situação socioeconômica, desde que analisada previamente pelo Serviço Social da PRAE, pode acessar esses programas.

Sendo assim, esse estudo teve por objetivo identificar os fundamentos que norteiam o debate sobre as “ações afirmativas” e como a Universidade Federal de Santa Catarina estabeleceu seu PAA a partir do ano de 2008. Buscamos ainda esclarecer quais são os programas relacionados à política de permanência ofertados pela UFSC, que de certa forma, complementam a política de ações afirmativas adotada. Como também, procuramos caracterizar a área do Serviço Social dentro do Programa de Ações Afirmativas.

A metodologia empregada para a preparação deste trabalho foi constituída de pesquisa quantitativa exploratória, fundamentada na coleta de dados, além de

pesquisas bibliográficas e documentais, tais quais – revistas, textos, regimentos, livros, internet, cartilhas, entre outras, para um embasamento teórico.

A pesquisa rumou para a localização dos estudantes ingressos pelo Programa de Ações Afirmativas nos diversos centros da UFSC, delimitando percentualmente quantos entraram oriundos de Escola Pública (pressupondo a situação socioeconômica), Negros e Índios e também para a observação quanto a oferta dos programas de assistência estudantil no atendimento ao estudante visando a sua permanência na UFSC.

O trabalho está dividido em duas seções: na primeira apresentamos a legislação que norteou as ações afirmativas no Brasil, a adoção de políticas das ações afirmativas no sistema público de ensino superior e a contextualização da diferença na universidade; na segunda seção mostramos como a UFSC incorporou institucionalmente as ações afirmativas.

Neste estudo está registrado o desafio de garantir a permanência desse estudante que vem de um histórico de vulnerabilidade social, com um maior investimento na área da assistência estudantil, pois a demanda cresce a cada ano. O importante é que a UFSC mantenha essa forma de inclusão, como maneira de garantir o direito ao acesso com cidadania, se responsabilizando pelo seu acompanhamento.

## 1. CONHECENDO A LEGISLAÇÃO QUE NORTEOU AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

A primeira apresentação genuína de uma proposta de ações afirmativas originou-se na Convenção Nacional do Negro Brasileiro, realizada no Rio de Janeiro, em 1945 e 1946.

Desta convenção, foi escrito o documento intitulado “Manifesto à Nação Brasileira”. Um dos temas deste documento ressaltava “trabalhar pela valorização e valoração do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico”. No primeiro número do jornal “Quilombo”, cuja direção era exercida pela dupla de intelectuais Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, onde esse documento foi impresso, dizia assim:

Lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares. (NASCIMENTO; LOPES, et.all, 2008)

Começava a tomar corpo uma ação afirmativa “reparadora dos danos”, termo comumente utilizado, causado pelo racismo no Brasil, vinda de uma pós liberdade escravocrata, onde a igualdade era um lema que jamais fora colocado em prática.

Passaram-se muitos anos, mais de 50, para que essas reivindicações expostas no jornal negro “Quilombo” fossem transformadas em políticas públicas.

Esse debate nacional somente se materializaria nos Projetos de Lei 73/99<sup>1</sup> de cotas para as universidades federais (que originou-se da fusão do projeto da deputada Nice Lobão com essa numeração e do projeto 3637/2004 (oriundo do executivo) e do Estatuto de Igualdade Racial (Projeto de Lei nº 3198/2000 proposto pelo deputado Paulo Paim).

O Projeto de Lei 73/99 previa que 50% das vagas de todos os cursos das universidades federais fossem designadas para os estudantes vindos do ensino

---

<sup>1</sup> PL 7399 – Lei das Cotas – Um posicionamento do Estado brasileiro, coerente com os acordos internacionais para a eliminação do racismo e de luta pelos direitos humanos, dos quais o país é signatário

médio público e, dentro deste percentual, fossem reservados iguais percentuais para o ingresso da população negra, pardos e indígenas, também oriundos do ensino médio público. A classificação se faria mediante o aproveitamento dos candidatos no ensino médio público. Já o Estatuto da Igualdade Racial determinava que 20% das vagas nas universidades seriam reservadas para a população negra. O mesmo

Arrola o Diploma da Igualdade Racial como garantias fundamentais expressas da população negra, instituindo mecanismos de efetivação e diretrizes a serem seguidas, o direito à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à liberdade de consciência e de crença, ao livre exercício dos cultos religiosos, ao acesso à terra e à moradia digna, ao trabalho e ao acesso aos meios de comunicação. (AMARAL, 2010)

O Senado aprovou somente em 16/6/2010 o Estatuto de Igualdade Racial<sup>2</sup>. Embora tivesse mantido o nome pelo qual o projeto ficou conhecido, seu relator alterou o termo “raça” por “etnia”. Da mesma forma, não foram aprovados no estatuto os pontos a seguir:

- ✓ Incentivo fiscal para empresas que contratarem pelo menos 20% de funcionários negros;
- ✓ Cota de 50% em universidades públicas;
- ✓ Política Nacional de saúde específica para os negros.

E permaneceram no texto do estatuto os demais pontos, enaltecidos pela sua importância:

- ✓ Inclusão de história da África e da população negra brasileira no currículo da educação pública;
- ✓ Regulamentação da capoeira como esporte a ser praticado nas escolas públicas
- ✓ Implementação de política de inclusão de mulheres negras
- ✓ Remanescentes de quilombolas terão direito ao reconhecimento de posse de terras;

---

<sup>2</sup> O Estatuto de Igualdade Racial, teve como relator o Senador Demóstenes Torres (DEM-GO). Este projeto tramitou durante 7 anos no parlamento.

- ✓ Defensoria pública deve se adaptar para fortalecer suporte às vítimas de racismo;
- ✓ Incentivo ao turismo étnico;
- ✓ Meios de comunicação terão que garantir participação de negros em filmes e peças publicitárias.

Todo esse aparato legal está amparado pela Constituição Federal de 1988 que, nos seus títulos e artigos esclarece que:

#### Título I – Dos Princípios Fundamentais

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Tomando como referência esse novo marco legal, a instância da Universidade pública brasileira foi um dos fóruns de maior debate e regulamentação das propostas de ações afirmativas dentro das instituições federais que, em alguns casos, essa aprovação também se fez através de lei estadual.

As discussões em vários fóruns de debates tiveram como base os projetos de lei que tramitavam no Legislativo estaduais e os processos autônomos já começavam a pipocar nas universidades privadas e públicas, denunciando o flagrante desequilíbrio na composição do alunos que acessavam o ensino superior público nos cursos mais concorridos – temática recorrente na discussão nacional.

Dava-se vazão ao que vai preconizar o Relatório de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2005<sup>3</sup>, cujo fundamento ético será de fortalecer a expansão da

---

<sup>3</sup> O IDH - O índice de desenvolvimento humano implica a construção de uma ordem de valores na qual as dimensões econômica e política se transformem de fato em instrumentos

liberdade, aqui entendida como possibilidades de realização de potencialidades dos indivíduos. Segundo o referido relatório “o paradigma do desenvolvimento humano tem como fundamento ético a expansão das liberdades, aqui entendidas como possibilidades de os indivíduos e as coletividades realizarem plenamente suas potencialidades. Isso requer não só ausência de obstáculos institucionais à tomada de decisões e ações (instituições democráticas, direitos humanos) mas também reais chances materiais, físicas e simbólicas para tomar decisões e executar ações (acesso à ocupação produtiva, ao rendimento, aos estudos e a uma vida saudável”.

### **1.1 Adoção de políticas das ações afirmativas no sistema público de ensino superior**

Entre as universidades, as que foram pioneiras em relação às Ações Afirmativas e em especial com cotas para negros, foram as Universidades do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) em 2002, amparados pela lei Estadual nº 3708, de 9/11/2001. Esta institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense.

Ainda no ano de 2002, a Universidade Estadual da Bahia também assumiu realizar a seleção pelo processo de cotas na graduação e na pós-graduação, atendendo a uma decisão do seu Conselho Universitário.

Em 2003, a Universidade de Brasília (UnB) foi a pioneira entre as instituições públicas federais a adotar Programa de Ações Afirmativas, prevendo, porém, somente cotas para negros, agindo em conformidade com sua autonomia, decorrente de uma proposta própria apresentada em 1999.

---

de superação das privações materiais e culturais dos seres humanos – ou seja, uma nova ordem baseada na garantia dos indissociáveis direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Neste mesmo ano as Universidades Federais do Paraná (UFPR) e de Alagoas (UFAL) também aprovaram programas de Ações Afirmativas, seguidas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2004.

E assim, sucessivamente muitas propostas de programas de Ações Afirmativas foram sendo aprovadas em todo o território nacional, embasados nos benefícios de tal sistema. Porém o debate a cerca da garantia do acesso e permanência ao ensino público foi sendo ampliado, também na perspectiva de quem seria a população que teria a garantia desse benefício diferenciado. Neste sentido é incorporado também à discussão da garantia da “Educação Pública”- como direito de cidadania - questão extremamente pertinente e necessária.

Dessa forma, o fato de ter feito seu percurso de formação em escola pública, passa a integrar a lógica das ações afirmativas, incorporando-se à compreensão de “cotas” na maioria dos programas que foram adotados nos últimos oito anos no Brasil. Desta forma, iniciando com algumas universidades que adotaram cotas em 2003, em 2007 já eram mais de 50 instituições públicas de ensino superior (divididas entre universidades federais, estaduais, autarquias municipais e IF – Institutos Federais de Ensino Superior<sup>4</sup>), que instituíram programas de Ações Afirmativas, ou seja, alguma forma de permitir o acesso diferenciado dessa população à Educação Superior, concretizando, assim, as “ações afirmativas” no Brasil.

Com o intuito de apontar um panorama nacional do ensino superior, no que se refere as instituições públicas que neste ano de 2010 já contam com programas específicos de acesso e permanência diferenciado para essa população, pode-se assim sintetizar:

- a) Universidades Federais - de Brasília; a Escola Superior de Ciências da Saúde/DF; Universidades Federais dos Estados do Pará, do Paraná, de São Paulo, de Alagoas, a Federal de Tocantins, da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Piauí, do Maranhão e ainda Universidades Federais de Juiz de Fora, do Recôncavo da Bahia e do ABC/SP. Além destas, discutem a adoção de ações afirmativas as federais de São Carlos, de Uberlândia, do Mato Grosso, a Fluminense, do Ceará, do Espírito Santo, além da UFSC.

---

<sup>4</sup> Recebiam a denominação de CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) até o ano de 2008.

- b) Universidades Estaduais - da Bahia, do Rio de Janeiro, do norte fluminense, da zona oeste do Rio de Janeiro, a FAETEC/RJ, de Londrina, de Ponta Grossa, UNICENTRO/PR, de Maringá, a UNIOESTE/PR, do Maranhão, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de Montes Claros/MG, de Minas Gerais, do Amazonas, de Feira de Santana, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, de Campinas, de São Paulo, a FATEC/SP, do Rio Grande do Sul e de Goiás. E que estão em processo de discussão dos seus programas são as estaduais do Sudoeste da Bahia, de Santa Cruz/Bahia e de Universidade de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC).
- c) Centro Universitário - no caso de Santa Catarina o Centro Universitário de São José/SC é municipal prevê cotas para escola pública.

Segundo o documento intitulado “Manifesto em Defesa da Justiça e Constitucionalidade das Cotas”, em 2008 o país já contava com mais de 22 mil cotistas da raça negra cursando o nível superior público em todo o Brasil.

Além de vagas diretas – acessadas via programas de ações afirmativas, esse movimento de garantia de acesso e permanência a Educação Superior conta, desde 2005 com o Programa Universidade para Todos – ProUni<sup>5</sup>, um programa do Ministério de Educação que tem como finalidade proporcionar o acesso às universidades privadas, de jovens que tenham cursado sua formação básica em escola pública (ou subsidiado por recursos públicos) e ainda prevendo condições diferenciadas para professores e portadores de deficiência.

---

<sup>5</sup> PROUNI – Programa Universidade para Todos tem como requisitos:

- Ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem - daquele ano (por exemplo, se você for concorrer a uma bolsa para o ano de 2010, deve ter participado do Enem em 2009);
- Ter conseguido uma pontuação mínima estabelecida pelo MEC (a do Enem 2009 foi de 400);
- Ter renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos (atualmente o salário mínimo é de R\$510) - exceto para alguns professores da rede pública.

O estudante também deve se encaixar em uma das condições abaixo:

- Ter cursado o ensino médio completo em escola pública;
- Ter cursado o ensino médio completo em escola privada com bolsa integral da instituição;
- Ter cursado todo o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;
- Ser pessoa com deficiência;
- Ser professor da rede pública de ensino básico, em efetivo exercício do magistério, integrando o quadro permanente da instituição e concorrendo a vagas em cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia. Neste caso, a renda familiar por pessoa não é considerada.



Se juntarmos as duas ações, as cotas de acesso às universidades e o ProUni, em apenas cinco anos estas serão capazes de concluir o Ensino Superior com uma formação específica, meio milhão de estudantes, acontecimento este de grande monta, improvável até então no pensamento de qualquer cidadão brasileiro.

## **2. CONTEXTUALIZANDO A DISCUSSÃO DA DIFERENÇA NA UNIVERDIDADE**

### **2.1 – Elementos necessários para entender a discussão**

Segundo dados dos órgãos oficiais, temos atualmente dentro do panorama que estampa o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que:

Apesar do analfabetismo persistente, a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), indica que a escolarização no Brasil aumentou desde 2008.

Mais de 96% das crianças de 6 a 14 anos estão na escola em todas as regiões do Brasil e, entre os adolescentes de 15 a 17 anos, o número é superior a 90%.

O índice diminui drasticamente entre os jovens de 18 a 24 anos. Somente 38,5% frequentaram uma instituição de ensino em 2009.

Além disso, os dados da pesquisa mostram que boa parte dos alunos não completa o ensino médio.

Em 2009, a média de anos estudo de brasileiros de mais de dez anos de idade foi de 7,2, quase quatro anos a menos do que o previsto pelo sistema educacional brasileiro.

Esses índices mostram a diversidade social do povo brasileiro, que remonta à sua historicidade pautada em uma formação social dividida em classes sociais, concretizando-se nas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais.

Essa heterogeneidade que muitas vezes foi justificada pela sua extensão territorial, e em outros momentos simplesmente pela diversidade da formação étnica, uma vez que o Brasil, que contava com os índios, foi amplamente povoado ao longo de três séculos por uma colonização portuguesa, resultado de ocupação e domínio lusitano. Os europeus tiveram boa parte de responsabilidade na destruição dos indígenas, quando colonizaram o território brasileiro. Através das guerras e da escravidão dizimaram e enfraqueceram estas nações indígenas, tendo resistido pequena parte delas. Até a cultura indígena foi parcialmente eliminada em função da ação da catequese e de forte envolvimento com outras etnias.

Mesmo sendo de colonização portuguesa, outros grupos pertencentes a outras etnias influenciaram sobremaneira a cultura do povo brasileiro. Dentre estes grupos destacam-se, os africanos<sup>6</sup>, os italianos e os alemães.

Algumas regiões receberam mais influências desses povos que outras, isto é, as regiões do norte tiveram grande influência dos povos indígenas, enquanto que algumas regiões do nordeste, da população africana. Já em outras regiões como o sertão, por exemplo, o legado foi da parte dos lusitanos e dos indígenas, tendo pouca participação dos africanos. O sul teve forte influência da colonização de povos europeus (imigrantes italianos e alemães).

De acordo com Darcy Ribeiro (1995, p. 20), em *O Povo Brasileiro*:

A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória européia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado geneticamente à matriz portuguesa.

Neste sentido, a base da cultura brasileira formou-se durante os vários séculos de colonização, resultado da composição precípua entre povos indígenas, europeus, mais especificamente dos portugueses e dos escravos trazidos da África.

Assim, o índio e o negro escravizado, foram um componente importante na formação social e econômica do Brasil, já indicando o quanto seria difícil o estabelecimento destes povos na composição social brasileira. Ou seja, como muito bem chama atenção Moura (1988:8):

O negro urbano brasileiro, especialmente do Sudeste e Sul do Brasil, tem uma trajetória que bem demonstra os mecanismos de barragem étnica que foram estabelecidos historicamente contra ele na sociedade branca. Nele estão reproduzidas as estratégias de seleção estabelecidas para opor-se a que ele tivesse acesso a patamares privilegiados ou compensadores socialmente, para que as camadas brancas (étnica e/ou socialmente brancas) mantivessem no passado e mantenham no presente o direito de ocupá-los. Bloqueios

---

<sup>6</sup> Os povos indígenas e africanos influenciaram fortemente no âmbito da música, da culinária, do folclore, do artesanato, dos caracteres emocionais e das festas populares do Brasil, assim como deixou uma importante herança para a língua portuguesa.

estratégicos que começam no próprio grupo familiar, passam pela educação primária, a escola de grau médio até a universidade; passam pela restrição no mercado de trabalho, na seleção de empregos, no nível de salários em cada profissão, na discriminação velada (ou manifesta) em certos espaços profissionais; passam também nos contatos entre sexos opostos, nas barreiras aos casamentos interétnicos e também pelas restrições múltiplas durante todos os dias, meses e anos que representam a vida de um negro.

No imperialismo do século XIX, cientistas procuravam explicar porque algumas raças eram subjugadas por outras, com a finalidade de criar uma ordem hierárquica entre elas. Assim, tudo o que fosse diferente do que acontecia na Europa, era desconsiderado, desvalorizado, aniquilando dessa forma com várias culturas, especialmente as africanas e as indígenas. Desta forma foram se produzindo pré-conceitos, idéias sem justificativa, muitas vezes negativas, sobre pessoas ou sociedades que possuíssem alguma característica diferente, como a cor da pele, indicada aqui como exemplo.

Essa idéia de embranquecimento<sup>7</sup> ficou evidente, pois acreditava-se que ao passar do tempo a população negra desapareceria e o Brasil tornar-se-ia uma nação desenvolvida, com a maioria da população branca. Não foi o que aconteceu. Ao contrário, essa perspectiva deu margem à pensamentos e comportamentos contraditórios e na perspectiva reducionista racial da discriminação.

Após algumas décadas, esta suposição do branqueamento foi enfraquecendo, dando lugar a idéia da “democracia racial” (conceito usado por Darcy Ribeiro em sua obra “O Povo Brasileiro”), onde a miscigenação passou a ser a melhor característica da população brasileira que, aliás, o próprio autor discorda, pois enfatiza que mesmo havendo essa mistura de raças, originando tons diferentes da cor preta, classificados como “pardo”, ainda o preconceito prevalece, pois as pessoas mais escuras sentem e vivem fatos segregatórios muito mais do que as pessoas mais claras.

---

<sup>7</sup> Seguindo com os pré-conceitos, ainda neste mesmo século, achando que os negros não geravam cultura, história, e que sua inferioridade estava confirmada, um dos grandes desafios desses intelectuais era criar um país de vanguarda, sendo a maioria da sociedade composta por negros. Uma das soluções expostas foi a de branquear a população brasileira, com a finalidade de melhorá-la. Para isso o governo brasileiro subsidiou grande parte dos imigrantes europeus que foram estimulados a vir para o Brasil com o propósito de embranquecer a população (3 milhões entre o final do século XIX e início do século XX). (Ibase, 2008, p.10)

A partir dessa perspectiva, é que toma maior ênfase os debates sobre formação racial e cultural, como forma de explicar e justificar as diferenças e/ou desigualdades sociais (muitas vezes ainda vigentes no país). Essas discussões em toda a esfera nacional buscam então uma solução “amenizadora” e considerada de “cunho democrático” e é nessa perspectiva que se instala o debate de “cotas para negros” no ensino superior.

De acordo com Rita Laura Segato (2006), ao mesmo tempo em que muitas pessoas, refletindo sobre a desigualdade reinante no país, adotam formas para incluir boa parcela dessa sociedade que é discriminada, outras são radicalmente contrárias a esta política de inclusão por achá-la antidemocrática. Estes reagem de diversas maneiras com o intuito de fazer valer a sua opinião.

Dentre estas razões ou reações do público brasileiro às cotas, a autora distingue as sete vertentes mais expressivas, dentro de um contexto de inúmeras manifestações contrárias, que descrevemos rapidamente.

A primeira se refere à *falta de reflexão e de informação*, pois muitas opiniões são emitidas na ignorância dos fatos que sustentam tal tema. Para exemplificar esta afirmação, descreve um fato que aconteceu no dia 28 de fevereiro de 2002, quando o Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo da época,

reagia se declarando “abalado” ao ler nos jornais as primeiras notícias dos resultados da pesquisa do IPEA sobre índices de exclusão dos negros. Sua surpresa manifestada revelou que algo tinha falhado nos modelos de representação da sociedade brasileira elaborados até então pelas Ciências Sociais.

Isto mostra que o perfil das informações nem sempre vai ao encontro das expectativas que muitos tem, pautados no senso comum.

A segunda das manifestações que a autora cita são as *diversas formas de racismo* que existe no Brasil, destacando entre eles o racismo prático, o axiológico, o emotivo e o político, todos excludentes e discriminatórios.

A terceira expõe o *racismo* como uma zona de insensibilidade da cultura brasileira, pois ele vem “de berço”, cultuado desde a infância.

Como quarta manifestação coloca que *as famílias brasileiras brancas, à exceção daquelas formadas exclusivamente por imigrantes e seus descendentes não miscigenados, lutaram por diluir e esquecer sua parcela de ancestralidade negra.*

E pautada na história do povo brasileiro, define como quinta reação, que o *sujeito da elite pós-escravocrata se constitui numa paisagem de desigualdade e exclusão*, visto que subjugado a vida inteira, não teve chance de emancipar-se socialmente, passando a ser considerado um “problema” para a sociedade.

Como sexta reação diz que *a autoridade do professor fundamenta-se no suposto da lisura incontestável dos processos de seleção que transpôs ao longo da sua carreira acadêmica.* Como se essa seleção sofrida ao longo da vida o eximisse de algum preconceito ou pensamentos e/ou informações preconceituosas.

E, finalmente, contextualiza *o comprometimento histórico das Ciências Sociais na construção da imagem hegemônica da nação brasileira como casa de relações sociais bem sucedidas.*

Esse racismo considerado ingênuo, porém letal para os negros, é o racismo diário (o primeiro) e difuso do cidadão – qualquer um de nós, professores – cujo crime é, pelo menos aparentemente, estar desavisado sobre o assunto. É esse racismo dos que nós consideramos bem intencionados que constitui o gargalo e escoadouro dos alunos negros, impedindo-os de avançar no sistema educativo, derrubando-os no caminho sem que nem sequer possam apontar aquilo que o prejudica. E é especialmente este tipo de discriminação e seus efeitos nas escolas de todos os graus que as cotas vem denunciar e corrigir. Sua ação é silenciosa, mas suas conseqüências falam alto nos números que as pesquisas recolhem, e podem ser constatados na ausência de pessoas negras em profissões de prestígio e nos espaços de decisão. (SEGATO, 2006)

Na verdade, o que se percebe é que estes discursos estampam não a cota em si, pois existem estas para as mulheres, para os deficientes físicos, para os funcionários públicos, para os indígenas; mas a cor que ela representa, pois como enfatiza Henriques, (2002) “no Brasil a pobreza tem cor”, e nela está depositada toda a discriminação que acometeu esta classe desde a colonização do Brasil.

Toda essa discussão nos coloca em situações parecidas com a de outros países que superaram o racismo habitual, a discriminação e a segregação como a

Índia, os Estados Unidos, a África do Sul e a Malásia. Como nesses países, encontraremos também reações contrárias a esta busca por incluir esses grupos sociais nas universidades brasileiras, na tentativa de provar que estas ações ferem os princípios democráticos e ameaçam o ensino superior, como se o ingresso no negro nas universidades significasse um retrocesso ou algo parecido.

Na opinião de Carlos Ignácio Pinto, em seu artigo intitulado “A Política de Cotas nas Universidades Públicas Brasileiras”,

Os discursos contrários à política de cotas se pautam basicamente em dois elementos que não se sustentam: o primeiro seria que ao invés do ingresso de negros através da política de cotas, o fundamental seria a melhoria substancial do ensino médio no Brasil que garantiria uma equiparação de saberes para os alunos que pretendem ingressar em uma universidade através do vestibular; e o segundo, como desdobramento do primeiro, seria que no Brasil a diferenciação entre os ingressantes em uma universidade e aqueles que não conseguem sucesso no vestibular estaria pautada na diferença econômica, ou seja, a entrada em uma universidade pública dependeria exclusivamente do poder aquisitivo do aluno e a economia despendida em sua formação escolar.

Porém, a falta de reflexão a cerca das diversas formas de racismo, da desigualdade de classe e a exclusão oriundas de uma era pós-escravocrata (que raramente são discutidas), do posicionamento de professores que tendem a assumir uma posição de “falsa neutralidade”, somados à imagem de uma nação que se mostra bem sucedida quanto às relações sociais de seu povo, contradiz o óbvio e evidente preceito que se refere à universalidade de direitos e igualdade entre todos os cidadãos gerando reação contrária, de uma parcela significativa da sociedade brasileira, em relação às Ações Afirmativas.

É importante ressaltar que, embora este tema jamais fosse mostrado publicamente e nem tratado como hoje é, vem dia-a-dia firmando e afirmando o seu avanço junto à opinião pública, tornando-se de trato público. As tentativas de inclusão racial e social no Brasil, mais especificamente no ensino superior, originam-se de um conjunto de várias conquistas no mundo inteiro.

Essa forma de inclusão no sistema de ensino é como uma estratégia de construção da igualdade, após um século inteiro de privações e não na polêmica

*democracia racial*<sup>8</sup>. Neste sentido, várias outras atitudes já comprovaram que essas ações visam democratizar o acesso de classes até então excluídas da educação, em especial, o ensino de nível superior, que sempre esteve fora do alcance da maioria da população.

Mesmo assim, pessoas contrárias às cotas, tentam justificar esse avanço como privilégio de raça, desdenhando o fato de que estas medidas são responsáveis por oportunizar milhões de pessoas que, usurpadas da igualdade de direitos, tão propalada em diversos documentos oriundos das lutas sociais, são pertencentes às camadas mais baixas da nossa sociedade.

Mesmo adotando um viés que não deveria ter sido adotado, as discussões em torno das “cotas” se fortaleceram em torno da raça por um momento, mas que na realidade elas sempre foram pensadas para atender as camadas sociais mais vulneráveis.

Seguindo Gomes, 2001, p. 6:

As Ações Afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física (e de situação socioeconômica). Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, tem como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano.

Desta forma, esta discussão no contexto internacional sobre o racismo foi importante para o debate sobre as ações afirmativas no acesso ao ensino superior

---

<sup>8</sup> **Democracia Racial** é um termo usado por alguns para descrever as relações raciais no Brasil. O termo denota a crença de que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial vista em outros países, mais especificamente, como nos Estados Unidos. Pesquisadores notam que a maioria dos brasileiros não se veem pelas lentes da discriminação racial, e não prejudicam ou promovem pessoas baseadas na raça. Graças a isso, enquanto a mobilidade social dos brasileiros pode ser reduzida por vários fatores, como sexo e classe social, a discriminação racial é considerada irrelevante.



público no Brasil, não somente para negros, mas também para as pessoas de baixa renda, indígenas e deficientes.

De acordo com PAIXÃO, 2003 (APPUD TRAGTENBERG, p. 155) “no caso dos indígenas, cujo índice de desenvolvimento humano é ainda menor que o de negros, e que experimentaram enorme dizimação populacional e genocídio étnico, ações afirmativas são também necessárias”.

E no que diz respeito aos deficientes, o dispositivo constitucional expresso no artigo 37 inciso VIII, que diz que “a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público” já justifica a inclusão de ações afirmativas de acesso ao ensino superior para esta classe. Porém, até o momento, nem a UFSC e nem o IF-SC adotaram esse acesso. Somente a UDESC prevê vagas no seu PAA para este quesito.

Nota-se, portanto, que a preocupação daqueles que implementaram esse programa de acesso ao Ensino Superior Público dentro destas instituições, tanto da esfera estadual quanto federal, tinham como meta atender as classes sociais menos favorecidas historicamente, dentro de um contexto socioeconômico frágil que impossibilitou e ainda não permite a inserção do sujeito enquanto cidadão de direitos, nos moldes que o sistema de ensino foi organizado.

## **2.2 – Em que consiste a Ação Afirmativa na Política Educacional**

De acordo com a “Cartilha Cotas Raciais: por que sim?” (Ibase, 2008, p.7), Ação Afirmativa:

é um conjunto de ações privadas e/ou políticas públicas que tem por objetivo reparar os aspectos discriminatórios que impedem o acesso de pessoas pertencentes a diversos grupos sociais às mais diferentes oportunidades.

Segundo a referida cartilha, que aborda mais especificamente a questão das cotas para negros, faz pouco tempo que se descobriu que a diferença genética entre os grupos étnicos existentes é mínima, contrariando a falsa idéia de que existem no

mundo muitas raças humanas diferentes, (p.8). No entanto, os traços físicos (cor da pele, textura do cabelo, por exemplo) ainda predominam como valores negativos para a população negra.

Muitas fazem questão de se autodeclararem como “pretas” ou “pardas”, enaltecendo a importância de sua origem e o termo raça, quando se fala em cotas raciais adquire um sentido político e social, mesmo porque essas duas categorias de cores são percebidas como o segmento “negro”, pois “as trajetórias de vidas das pessoas pretas e pardas são muito mais próximas entre si do que se comparadas com as trajetórias das pessoas brancas” (p.9).

A construção da identidade negra, com o estímulo da autoclassificação, facilita a elaboração de políticas públicas com a finalidade em contribuir na superação da desigualdade e a discriminação das raças.

Para compreender a adoção de cotas raciais, é importante sinalizar que esse movimento também tem seu início, no caso brasileiro, no âmbito da discussão do movimento negro e a luta por seus direitos e pela igualdade.

A Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, ocorrida em Brasília em 1995, foi um desses movimentos onde reuniu 50 mil manifestantes. O documento originado deste evento foi entregue ao então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e continha a seguinte contestação: “Desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta”.

A partir de 1995 outros movimentos reivindicatórios foram sendo produzidos até o momento em que o Estado Brasileiro se viu na obrigação de elaborar o “Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Intolerância” (a Carta do Rio), preparando-se para a III Conferência Mundial contra o Racismo ocorrida em Durban, na África do Sul.

Outro momento significativo ocorrido no panorama internacional (do qual o Brasil também fez parte) foi na III *Conferência Contra o Racismo, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. A delegação brasileira levou à Durban a proposta de reserva de vagas para negros nas universidades. Nessa conferência, também foi reafirmada a necessidade da criação

de programas de Ações Afirmativas para as populações indígenas e negros no que se refere ao acesso à educação.

Desta forma ao longo do ano de 2000 e 2001 os debates ocorridos na Conferência de Durban determinaram “que fossem implementadas ações afirmativas na área da educação como instrumento fundamental de promoção da igualdade” e mais especialmente, “que fossem estabelecidas cotas para a população negra nas universidades” (Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Intolerância). Essas discussões receberam grande ênfase no Brasil desencadeando um significativo movimento de produção de programas sobre ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras (confirmado pelo cenário apresentado anteriormente).

Imersos nesses movimentos, na perspectiva de admitir que a sociedade brasileira precisasse compensar todo aquele atraso histórico-econômico-social sofrido pela população negra, além de outras classes vulneráveis da sociedade que também sofreram este tipo de discriminação.

Desta reflexão, várias idéias vem reforçar o debate sobre a pertinência da cotas – que já estavam sendo refletidas na luta pela inclusão social. Este passou a ter praticamente um consenso e acolhida pela sociedade, quanto a necessidade da proposição de projetos com objetivos de permitir o acesso, demonstrando que o caminho para a transformação social, passa também pela educação.

Neste contexto, segundo Vitor Henrique Paro (2001), podemos considerar que:

Não há dúvida de que podemos pensar na escola como instituição que pode contribuir para a transformação social. Mas, uma coisa é falar de suas potencialidades... uma coisa é falar “em tese”, falar daquilo que a escola poderia ser [...] outra coisa bem diferente é considerar que a escola que aí está já esteja cumprindo essa função. Infelizmente essa escola é sim reprodutora de certa ideologia dominante... é sim negadora dos valores dominados e mera canceladora da injustiça social, na medida em que recoloca as pessoas nos lugares reservados pelas relações que se dão no âmbito da estrutura econômica. (p.10)

E num contexto de crescente transformação da vida social brasileira, onde a competição reina em todos os patamares, estando presente na busca do emprego, no trabalho informal, no comércio, nas empresas, além de outros, a busca por

conhecimento de qualidade vem crescendo e a necessidade da formação profissional é uma meta que não contemplará a todos, dada a precariedade do ensino público brasileiro, que não vem atendendo às expectativas nem da sociedade e nem do próprio MEC.

Foi nesta perspectiva que,

O Ministério da Educação (MEC) destaca a necessidade de implementação de uma política de ações afirmativas para a garantia de permanência de estudantes que apresentam condições sociais desfavoráveis. Nesse sentido, indica-se como prioridade que as universidades federais disponibilizem mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos. (JACCOUD, 2009).

E dentro dessas ações, esforços estão sendo empreendidos para, além de garantir oportunidades para proporcionar uma forma justa de concorrência entre os estudantes, tentar garantir também a sua permanência nos quatro ou cinco anos que o mesmo precisará para concluir um curso superior.

No tocante à expansão da rede pública de ensino superior, observa-se que, dadas as iniquidades atualmente existentes entre a população branca e negra, a não-inserção da necessidade de adoção de ações afirmativas pode inibir iniciativas de uma real democratização do acesso das diversas juventudes brasileiras às universidades federais. A demanda geral não atendida, mesmo para a população branca, conjugada aos mecanismos de exclusão da população negra do ensino superior, pode resultar na manutenção ou mesmo na ampliação das iniquidades educacionais entre brancos e negros.” (JACCOUD, 2009)

O debate foi iniciado na educação superior, porém já tem reflexos estendidos para a educação básica. O antropólogo Kabengele Munanga (1996), indica duas questões básicas que explicam a discriminação nas escolas: a influência dos livros didáticos, como instrumento primordial de formação dos estudantes (unindo o preconceito já insinuado nas cabeças do docente com o conteúdo altamente discriminante contido nos livros), e as relações dentro do ambiente escolar,

composta por diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras que provocam atitudes contraditórias

Por conta disso, Júlio Furtado (2008), ressalta que:

Lidar efetivamente com diferenças em sala de aula é atitude que contraria a formação homogênea a que submeteram os professores, ao longo do tempo, além de se constituir orientação oposta à ideologia neoliberal de exclusão social.

E complementado por José Pacheco (2009):

A chamada Educação Inclusiva não surgiu por acaso, nem é missão exclusiva da escola. É um produto histórico de uma época e de realidades educacionais contemporâneas, uma época que requer que abandonemos muitos dos nossos estereótipos e preconceitos, que exige que se transforme a “escola estatal” em escola pública – uma escola que a todos acolha e a cada qual dê oportunidades de ser e de aprender.

Em contrapartida, o ser humano é dotado naturalmente de características (medo, coragem, iniciativa, entre outras) que demarcam sua condição. No entanto, o meio o transforma, ou seja, o ser humano se forma com o que aprende em casa, na escola, no trabalho, na relação social. É nesse processo de socialização que os indivíduos se conhecem, externam seus conflitos e tentam dissipar suas dúvidas.

Segundo Karel Kosik, 1986 em sua obra intitulada “Dialética do Concreto”, p. 226, de acordo com as três perguntas kantianas: 1) Que posso fazer? 2) Que devo fazer? E 3) Em que posso esperar?,

O homem é um ser que sabe o que pode saber, o que deve fazer e em que pode esperar. Com as três primeiras perguntas, o homem é definido como sujeito cognoscente ou como sujeito de conhecimento. [...] o homem não é apenas um ser cognoscente, mas também um ser que vive e sente: o homem é sujeito de conhecimento, é sujeito de vida e de ação.

Sendo sujeito de conhecimento, ele vive em busca de resolver as situações que se apresentam no seu cotidiano. E essa busca envolve acertar e errar. E assim, ao mesmo tempo em que sabe que pode, é barrado pelas convenções e regras da sociedade.

É refletindo desta forma que se conclui que não basta a criação institucional das Ações Afirmativas, precisa, além disso, de ações que a mantenham e sustentem também o maior número de indivíduos dentro de um plano de estabilidade econômica, física e psicológica, garantindo tranqüilidade e igualdade de acesso, permitindo a democratização de direitos.

Neste sentido, muitas universidades já programaram sistemas de cotas, vantagens (bônus) ou outras formas de ações afirmativas, para democratizar esses direitos quanto ao acesso a educação superior pública, ao mesmo tempo em que outras ainda estão debatendo projetos pertinentes.

Desta forma, parafraseando Mário Quintana “democracia é dar a todos o mesmo ponto de partida”, isto é, fazer valer o mais primordial dos princípios da humanidade: a igualdade.

### **3 – PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

#### **3.1 – Como a UFSC incorporou institucionalmente as Ações Afirmativas**

A UFSC tem a finalidade institucional de “produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida.”

A instituição possui os objetivos de estimular a reflexão crítica e de colaborar com a promoção da qualidade de vida e a formação de recursos humanos, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento político, econômico, social, cultural, desportivo, científico e tecnológico, regional e nacional, reconhecendo também ser essencial as possibilidades de ensino, pesquisa e extensão e a importância da divulgação e popularização da ciência na sociedade.

Em função desses objetivos institucionais, busca-se possibilitar o acesso ao ensino, permitindo a popularização da ciência na sociedade.

E como popularizar remete à totalidade, à universalidade, a UFSC iniciou a discussão sobre Ações Afirmativas no Grupo de Etnia, Gênero e Classe (GTEGC) da Associação dos Professores da própria instituição (APUFSC) que teve início em 2002. Desde 2002 até 2006 este grupo vem realizando debates sobre reservas especificamente para negros, e em 2006 para os indígenas.

No ano de 2005 foi realizada uma pesquisa pelo GTEGC com o apoio da PREG e APUFSC que teve o propósito de estudar a ampliação de vagas que seria necessária para permitir o maior acesso de estudantes vindos de escolas públicas e de negros, através da simulação da duplicação de vagas de cada curso. Segundo Tragtenberg esta pesquisa mostrou que se as vagas fossem duplicadas não mudaria nem a composição socioeconômica, nem a étnico/racial em média, mudando somente focalizadamente.

Este grupo teve como principal iniciativa, a proposição de incluir o quesito cor/raça, de acordo com o que classifica o IBGE (branca, preta, parda, amarela e indígena), nos formulários de inscrição do vestibular e, conseqüentemente, no material de matrícula dos estudantes.

Esta iniciativa teve o propósito de estudar a ampliação de vagas que seria necessária para permitir o maior acesso de estudantes vindos de escolas públicas e de negros, através da simulação da duplicação de vagas de cada curso. Essa pesquisa teve resultado negativo.

Também foi feita outra pesquisa em 2005 sob a hipótese de ao se reservar metade das vagas para os que ingressavam pelo ensino médio público, se isso automaticamente incluiria os negros. Essa pesquisa teve como resultado a conclusão de que não aumentaria a inclusão dos negros sendo até publicado um artigo em 2006 sobre o tema.

A consideração conclusiva do artigo publicado sugeriu através dos resultados fundamentados, “a necessidade de conjugar aumento de vagas com ações afirmativas emergenciais”. (TRAGTENBERG et al, 2006, p.493)

No caso da UFSC, da proposta de cotas para a população negra, visando o ingresso nas universidades públicas, originou o debate para a extensão de cotas aos estudantes do ensino médio público e/ou pessoas de baixa renda e também para os indígenas. Essa perspectiva já indicava que abrindo cotas para pessoas de baixa renda, incluiria conseqüentemente uma significativa parcela da população com os fenótipo de população negra. Por outro lado, legitimava também a entrada de pessoas de baixa renda nas universidades que não fossem negras. (TRAGTENBERG, 2010, p. 150).

A necessidade da reserva de vagas em cotas diferentes para negros e escola pública está muito bem colocada pelo Prof. TRAGTENBERG<sup>9</sup> (2010), onde salienta que,

---

<sup>9</sup> Marcelo Henrique Romano Tragtenberg é membro da Comissão do Programa de Ações Afirmativas da UFSC, professor que estivemos conversando informalmente para conhecer mais elementos do processo instalado na UFSC.



A discussão é a distribuição das vagas oferecidas pelas Ações Afirmativas. Por que reservar vagas para negros necessariamente provenientes de escolas públicas se já existe a reserva de vagas para essas? Imagina-se que a maioria da população negra é pobre e, portanto, estuda em escola pública, porém, há mais alunos brancos com ensino fundamental e médio concluído que os negros. Apenas 30% dos formados em ensino fundamental em escolas públicas são afrodescendentes, os outros 70% são brancos. "Se fossem reservadas vagas apenas para escolas públicas, não entrariam negros na universidade, por isso, a necessidade de vagas exclusivas para negros.

Em 2006, quando esse tema começou a ser discutido internamente na UFSC, em função de um movimento nacional de reflexão – pontuado anteriormente, é que a universidade federal catarinense vai dar início a sistematização do processo de ingresso de forma diferenciada, por meio de uma comissão que foi formalizada posteriormente, constituída com representação dos centros de ensino da UFSC, da Comissão Permanente do Vestibular (Coperve) e membros da comunidade e da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina instituída com a finalidade de discutir o acesso ao ensino superior público com o recorte de diversidade socioeconômica e étnico-racial.

Neste momento, no Brasil cerca de 30 universidades públicas adotavam este procedimento para estudantes oriundos de escola pública, negros e indígenas e ainda para portadores de deficiência física, no entanto outras 10 universidades também já estavam discutindo esta forma de ingresso – conforme panorama indicado anteriormente.

Essa comissão foi designada em abril de 2006, através da Portaria 195/GR/2006 com a finalidade de elaborar e apresentar uma Proposta Preliminar de Política de Ampliação de Oportunidades de Acesso Socioeconômico e Diversidade Étnico-Racial dirigido ao ingresso na UFSC através do Processo Vestibular.

Em junho de 2006 a Comissão organiza o seminário “Cotas e Ações Afirmativas” onde foram discutidos vários temas relacionados a ações afirmativas.

Foi organizado no mês de agosto de 2006 pela Comissão um debate com os Diretores de Centros, Coordenadores dos Cursos de Graduação e Chefes de Departamento tendo como objetivo a construção da nova proposta para a Instituição.

Em novembro de 2006 é oficialmente apresentada ao Conselho Universitário, a Proposta da Comissão de Acesso e Diversidade Socioeconômica e Étnico-racial para a Implementação do Programa de Ações Afirmativas.

Em 10 de julho de 2007, é aprovada pelo Conselho Universitário a Resolução Normativa n. 008/CUn/2007, (Anexo 1), que cria o Programa de Ações Afirmativas da UFSC, “constituindo um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico racial”.

Segundo a referida Resolução Normativa pautada na autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira de que goza a Universidade (amparada no art. 207<sup>10</sup> da Constituição Federal/1988), é criada a “Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas”, com a finalidade de estabelecer uma “política de ampliação do acesso aos cursos de graduação oferecidos pela UFSC e de estímulo à permanência dos ingressos na Universidade”.

Em suas considerações iniciais também fica expresso que “a missão institucional da Universidade que se pauta pela perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida”, além de considerar também “a necessidade de promover, assegurar e ampliar o acesso democrático à Universidade Pública com diversidade socioeconômica e étnicorracial como compromisso de uma instituição social, pública, plural e de natureza laica”.

Dentro do seu primeiro Título e artigo, que trata da *Natureza, Finalidade e Vinculação*, esclarece que:

O “Programa de Ações Afirmativas” da Universidade constitui-se em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnicorracial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e de estímulo à permanência na Universidade (art. 1º).

No segundo artigo, prevê que o Programa de Ações Afirmativas destina-se a graduandos ingressos na UFSC, desde que tenham cursado integralmente sua

---

<sup>10</sup> C.F.1988 - Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

formação em escolas públicas; estudantes autodeclarados negros e estudantes pertencentes a povos indígenas.

Essa perspectiva pauta-se principalmente no que indica Munanga (2007, p.7):

O debate sobre as políticas de ação afirmativa e de cotas em benefício dos alunos negros e pobres no ensino universitário parte do quadro das desigualdades sociais e raciais gritantes, acumuladas ao longo dos anos, entre brancos e negros. Essas desigualdades observam-se em todos os setores da vida nacional: mercado de trabalho, sistema de saúde, setor político, área de lazer, esporte, educação, etc.

Dentro do Título II da referida Resolução Normativa, que trata *Das Disposições Gerais* dispõe que as ações orientadoras deste Programa de Ações Afirmativas serão as seguintes:

I – preparação para o acesso aos Cursos de Graduação da Universidade;

II – acesso aos cursos de Graduação da Universidade;

III- acompanhamento e permanência do aluno na Universidade;

IV – acompanhamento da inserção sócio-profissional dos alunos egressos da Universidade;

V – ampliação de vagas nos Cursos de Graduação;

VI – criação de Cursos de Graduação noturnos.

Dentro do Capítulo II, *Das Ações Afirmativas da preparação para o acesso aos Cursos de Graduação*, a Resolução prevê a divulgação nas escolas e nos meios de comunicação, do Programa de Ações Afirmativas; o apoio às atividades de extensão da UFSC nesta área; a oferta de Curso Pré-Vestibular, priorizando o acesso do estudante oriundo integralmente das escolas públicas e por fim, a ampliação da oferta de vagas no Curso Pré-Vestibular da UFSC. Nesse sentido iremos pontuar mais especificamente os momentos que tratam da garantia de acesso e permanência na universidade, questões que se constituem no objeto desse estudo uma vez que consta dos anexos do trabalho a Resolução na sua íntegra.

Com relação ao acesso, propriamente dito, o Capítulo III discorre sobre o processo de distribuição de vagas. Nesse sentido, será destinado 30% das vagas do vestibular, em cada curso, que serão distribuídas assim:

I – 20% para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino;

II – 10% para candidatos autodeclarados negros, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino.

E, aos povos indígenas, a implementação do acesso será feita através da criação de 5 vagas suplementares que serão preenchidas pelos candidatos melhor classificados no vestibular (Resolução Normativa 008/CUn/2007, inciso III do art. 2º), ou seja:

§ 1º - As vagas a que se refere o caput deste artigo serão criadas especificamente para este fim nos cursos em que houver candidatos aprovados, observando o limite de 2 vagas por curso;

§ 2º - O número de vagas a que se refere o parágrafo anterior será alterado, a cada ano, mediante a criação de uma nova vaga, até perfazer o total de 10 vagas em 2013;

Os candidatos que pertencem aos povos indígenas e que optarem por concorrer a uma vaga na forma prevista acima, deverão preencher o formulário de inscrição ao vestibular contendo algumas informações quanto:

I – ao grupo indígena a que pertence;

II – à sua situação lingüística;

III – à descrição da sua história de vida;

IV – às expectativas em relação ao curso que deseja freqüentar.

Esses candidatos também serão submetidos à entrevista por comissão institucional que decidirá se eles atendem os requisitos solicitados na Resolução (art.10 do Capítulo III).

No Capítulo IV desta Resolução Normativa, que trata especialmente do *acompanhamento e permanência* na Universidade, as ações se destinam:

I – ao apoio acadêmico estruturado em projetos e programas voltados para os conteúdos e habilidades necessários ao desempenho acadêmico e para aspectos relacionados ao processo de aprendizagem;

II – ao apoio econômico em face das demandas de situação de baixa renda, compreendendo:

- a) A criação, reestruturação e ampliação de programas já existentes na Universidade;
- b) A utilização de bolsas acadêmicas oriundas de modelos já existentes e de programas ou iniciativas federais, estaduais ou municipais para este público alvo;
- c) A celebração de convênios com órgãos públicos ou privados para auxiliar a permanência na Universidade.

Ainda é importante indicar também que a resolução prevê ações de acompanhamento também para alunos que ingressaram na universidade via o programa de ações afirmativas e também quando formados, já na perspectiva de inserção profissional.

Assim, no Capítulo IV que trata *Das Ações Afirmativas de Acompanhamento da Inserção Socioprofissional dos Alunos Egressos da Universidade*, determina que “as ações afirmativas de acompanhamento da inserção socioprofissional dos alunos egressos da Universidade que aderiram ao Programa de Ações Afirmativas serão efetuadas mediante a criação de um banco de dados com informações atualizadas desses alunos” (art. 13). Para tanto, “será constituída uma comissão institucional que deverá fazer a sua avaliação e a proposição de mecanismos relacionados às distintas dimensões e aos seus resultados” (art. 14).

Este programa de Ações Afirmativas (de que trata a referida Resolução) passa a ser implantado a partir do ano de 2008 e deverá ser avaliado no decorrer dos cinco anos subseqüentes (art. 16).

Conforme indicado no início dessa seção, mesmo antes de instalados os trabalhos no ano de 2006 e decorrentes destes, a regulamentação do programa (do ano de 2008) a UFSC já desenvolvia diversos programas vinculados a PRAE (Pró-Reitoria de Assistência Estudantil) que procuravam contribuir com a permanência do

acadêmico na universidade, disponibilizando bolsas de trabalho/estudo principalmente. Muitos destes originários ainda em décadas passadas, tais como: moradia estudantil onde a primeira, situada na rua Esteves Júnior serviu de abrigo por 32 anos. Esta moradia foi vinculada à Igreja e fundada em 20 de janeiro de 1962. Hoje tem construções dentro de campus da UFSC com esta finalidade.

Os serviços do Restaurante Universitário que sempre priorizaram o acesso utilizando taxas reduzidas, bem como a oferta de bolsas, tinham porém uma conotação de “treinamento” e hoje são ofertadas como “bolsa permanência”. Neste quesito, com a implementação do Programa de Ações Afirmativas e do REUNI, puderam incrementar a oferta que passou de 440 bolsas implementadas há dois anos e meio atrás, para 1040 bolsas em 2010. Segundo Dalton (PRAE) todas essas políticas também tem por objetivo o acesso e a permanência dos estudantes na UFSC.

Com a instituição da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas, esta passou a atuar também em parceria com a PRAE na divulgação dos Programas de Assistência Estudantil já estabelecidos ou ainda participando das discussões de propostas para reformulação daqueles que fossem necessários ou para a implementação de novos programas visando a permanência dos estudantes na UFSC.

Este foi o caso na questão do acesso, quando a comissão passou a atuar em conjunto com o Curso Pré-Vestibular (Popular) da Universidade, que foi criado ainda no ano de 2003 para atender as necessidades dos estudantes que não dispunham de recursos financeiros para freqüentar cursos preparatórios para o vestibular. O projeto do Curso Pré-Vestibular busca o desenvolvimento da educação local, da cidadania, proporcionando o preparo direcionando a busca de uma formação específica.

E numa perspectiva de aprovação crescente no Concurso Vestibular da UFSC, desde 2003 os estudantes que cursaram o Pré-Vestibular (Popular) da UFSC assumem um percentual que iniciou em 14%, subindo para 22% em 2004, ficando em 20% em 2005, passando para 22% em 2006 e 2007 e chegando a um percentual de 35% em 2008. ([www.prevestibular.ufsc.br](http://www.prevestibular.ufsc.br))

Com a finalidade de divulgar e fortalecer em todo o Estado o programa de ações afirmativas, instituído no ano de 2008, a UFSC estabeleceu um trabalho de parceria com a Secretaria de Estado da Educação - SED, que foi formalizado via convênio no dia 4 de março de 2009. O Objeto do convênio visava estender, naquele mesmo ano, o Curso Pré-Vestibular da UFSC para mais oito cidades no Estado: Balneário Camboriú, Curitibanos, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Palhoça, São José e Tubarão.

A importância dessa ação também é indicada pelo então Secretário de Estado da Educação Paulo Bauer que, no dia 10 de março de 2009, em uma entrevista sobre o Curso Pré-Vestibular da UFSC, afirma:

a parceria entre as instituições possibilita aos estudantes das escolas da rede estadual mais uma oportunidade de acesso ao Ensino Superior, público ou privado, em igualdade de condições. "Demonstra que é possível agregar os esforços do Governo de Santa Catarina ao de uma universidade que hoje está presente em todas as regiões do Estado, aproveitando o seu potencial, que é a qualidade do seu corpo docente.

Neste ano de 2010, a extensão já ultrapassou o número de cidades anteriormente mencionadas e, atualmente está situada em 19 cidades do Estado, conforme o quadro regional de atuação do Curso Pré-Vestibular da UFSC que engloba:



**Figura 1** – Cidades onde funcionam o Pré-Vestibular da UFSC

Elaboração: Pacheco, TCC. 2010

Fonte: [www.prevestibular.ufsc.br](http://www.prevestibular.ufsc.br)

Pode-se perceber que uma primeira questão que envolve o **acesso** – a informação e a “criação da expectativa de cursar uma universidade pública”- realizando o vestibular sob condições diferenciadas, inspirados na adoção dessas medidas inclusivas.

Além disso, nestas 19 cidades do Estado, instala-se uma perspectiva para um número significativo de estudantes de escola pública pode ter, possibilidade acessar um Curso Pré-Vestibular Público e consequentemente concorrer a uma vaga mais preparado para um possível ingresso na Universidade.

No entanto, somente a partir da realização do primeiro vestibular, já sob a vigência da Resolução Normativa 008/CUn/2007 é que foi possível dimensionar essa possibilidade de acesso.

Sem dúvida uma maior divulgação do Programa de Ações Afirmativas, como também, a possibilidade que muitos tiveram de frequentar pela primeira vez um curso pré-vestibular, preparando-se para cursar uma universidade pública, fizeram com que essa expectativa se mostrasse viável, provocando a vinda destes



estudantes numa tentativa esperançosa de ingressar numa instituição de ensino superior pública.

O que nos permite fazer essa afirmação são os próprios dados de entrada na universidade nestes três segmentos referenciados por cotas. Estes nos indicam um progressivo acréscimo dessa possibilidade, embora não tenhamos como comparar, com o período anterior a 2008, uma vez que anteriormente essa informação não era monitorada.

Desta forma, com o intuito de dar maior visibilidade ao acesso proporcionado pelo Programa de Ações Afirmativas, recorreu-se aos dados do sistema CAGR (Controle Acadêmico de Graduação) da UFSC, procurando identificar a quantidade de estudantes que foram aprovados no vestibular, em cada segmento cotista, bem como situá-los nos 11 Centros de Ensino da Universidade. No que se refere a primeira questão - ingresso via vestibular, observa-se o acréscimo (anteriormente indicado), conforme quadro que segue:

<b>Ações Afirmativas /cotas</b>	<b>Ingresso Vestibular</b>			<b>TOTAL</b>
	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	
<b>Escola Pública</b>	671	811	942	<b>2424</b>
<b>Negros</b>	252	253	187	<b>692</b>
<b>Índios</b>	2	1	2	<b>5</b>
<b>TOTAL</b>	<b>925</b>	<b>1065</b>	<b>1131</b>	<b>3121</b>

**Tabela 1.** PAA<sup>11</sup> – Ingressos no Vestibular nos anos de 2008, 2009 e 2010

Elaboração: Pacheco, TCC. 2010

Fonte: [www.cagr.ufsc.br](http://www.cagr.ufsc.br)

Observa-se que o acesso, por meio do Programa de Ações Afirmativas, nas modalidades de Escola Pública, Negros e Índios, vem acontecendo de uma forma crescente. Conforme nos mostra a Tabela 1 no ano de 2008, ingressaram na UFSC,

<sup>11</sup> PAA – significa Programa de Ações Afirmativas

671 estudantes oriundos da Escola Pública, 252 negros e 2 índios, perfazendo um total de 925 estudantes que ingressaram por intermédio do programa.

Em 2009, o número de estudantes que ingressaram oriundos da Escola Pública aumentou consideravelmente. Acreditamos que isso se deu em função da implementação do Programa de Ações Afirmativas na UFSC, como forma de permitir um acesso mais democrático. Em contrapartida, o número de negros permaneceu quase o mesmo, acrescentando somente mais um estudante, totalizando 253 e apenas 1 indígena. Já em 2010, relacionado à modalidade Escola Pública, ingressaram 942 estudantes, 187 negros e 1 indígena. Reafirmando o que as pesquisas mostram, que aconteceram somente nestes últimos cinco anos o maior índice de acesso de estudantes negros nas universidades, mais do que ocorreu em todo o século passado.

Esses números de ingresso progressivo, também fortalecem o indicativo da primeira condição do acesso, ou seja, a importância da socialização das informações, que de acordo com Silva (2000, p. 124), “é um componente fundamental para a viabilização de direitos, pois se apresenta como uma ação de fortalecimento do usuário para acessar esses direitos e para mudar a sua realidade”. Certamente essas informações chegaram a esta parcela da população que busca a educação como meio de subsidiar a sua cidadania.

Sendo assim, ao se deparar com a oportunidade, o indivíduo se lança na expectativa de ser atendido e na oferta desta, traça o seu objetivo que aqui está retratado como a sua inclusão numa instituição de nível superior pública, na busca de sua formação profissional. E, certamente o Curso Pré-Vestibular da UFSC, em muito colabora com esta inserção, nestes poucos anos de implementação e seu crescente processo de interiorização.

Com o envolvimento da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, juntamente com o apoio comprometido da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas que participa desde a divulgação do Pré-Vestibular nas escolas de nível médio, colaborando com a inscrição dos candidatos e realizando inclusive a seleção através da análise socioeconômica e aproveitamento escolar, a UFSC viabiliza o acesso, com a oferta da educação popular, que recebe a colaboração de diversos profissionais que trabalham nessa divulgação do

conhecimento, que também acreditam que o rumo que tem de ser tomado é esse: a garantia do direito a educação pública e de qualidade.

Com esse esforço mútuo, o número de estudantes que tiveram seu ingresso oportunizado pelo PAA nos últimos três anos deixa claro a importância do programa, considerando esse primeiro momento, a implementação deste programa, pois ingressaram na Instituição neste período, 2424 estudantes oriundos de Escola Pública, 692 Negros e 5 indígenas. Há que se considerar, porém que perante o número de acadêmicos que freqüentam a UFSC, esse número ainda é pequeno, o que demonstra o quanto esse tipo de programa deve ser fortalecido e direcionado para, em um futuro, também seja completamente dispensável, tendo em vista a universalização da educação superior.

Para conseguirmos visualizar onde estão esses estudantes do PAA e ter uma percepção mais detalhada de cada entrada (2008/2009/2010) por Centro de Ensino, tomamos como referência a base de dados fornecida pelo CAGR (UFSC/ setembro/2010) que foram sistematizando-os tomando como referência o Centro de Ensino que cada curso se vincula (lista de cursos por centro – Apêndice III). Procedimento apoiado na compreensão da pesquisa qualitativa exploratória, pois esta tem como finalidade dar visibilidade ao estudante que ingressou através do PAA com a intenção de, ao se tomar conhecimento de onde ele está, poder repensar a política de permanência para este estudante.

O quadro seguinte localiza esses ingressantes, para que possamos chegar a uma maior aproximação.

N.	Centros de Ensino	Escola Pública				Negros				Índios			
		2008	2009	2010	TOTAL	2008	2009	2010	TOTAL	2008	2009	2010	TOTAL
1	CCA - CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	30	57	58	145	7	6	8	21	0	0	1	1
2	CCB - CENTRO DE CIÊNCIAS BÁSICAS	11	14	31	56	5	4	5	14	0	0	0	0
3	CED- CENTRO DE EDUCAÇÃO	28	41	51	120	16	4	15	35	0	0	0	0
4	CCE- CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	88	101	112	301	24	25	21	70	0	0	0	0
5	CCJ – CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS	32	33	36	101	15	18	18	51	1	1	0	2
6	CCS – CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	81	90	102	273	33	39	19	91	0	0	1	1
7	CDS – CENTRO DE DESPORTES	19	23	24	66	12	11	3	26	0	0	0	0
8	CFH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	67	82	99	248	32	24	18	74	0	0	0	0
9	CFM – CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS	38	39	64	141	8	2	2	12	0	0	0	0
10	CSE – CENTRO SÓCIOECONÔMICO	109	137	145	391	44	52	26	122	0	0	0	0
11	CTC – CENTRO TECNOLÓGICO	168	194	220	582	56	68	52	176	1	0	0	1
TOTAL		671	811	942	2424	252	253	187	692	2	1	2	5

**Tabela 2.** Distribuição dos estudantes ingressos através do PAA nos Centros de Ensino da UFSC, distribuídos por categorias nos anos de 2008, 2009 e 2010

Tomando como referência a tabela anterior, nota-se com o aumento da procura, verificado pelo acréscimo do número de estudantes inscritos, que estes estão se sentindo estimulados a se inscrever no vestibular da UFSC e concorrer através da reserva de vagas para a escola pública, realizando o vestibular sob condições diferenciadas, inspirados na adoção dessas medidas inclusivas. Mesmo porque, dada a conjuntura social a que este estudante pertence, seria provavelmente a única chance de concorrer junto aos demais que se sentem melhor preparados porque cursaram ensino pago.

No Concurso Vestibular, o que se percebe é a grande procura pelos Cursos do Centro Tecnológico (CTC), que teve a preferência dos estudantes nos três anos citados (2008, 2009 e 2010). Dentre os cursos mais procurados, numa perspectiva dos três primeiros estão Engenharia Mecânica, Sistemas de Informação (Noturno) e Engenharia Civil.

Na seqüência, o Centro Socioeconômico foi o segundo mais procurado, representado pelos seus Cursos de Administração (Diurno), Administração (Noturno) e Ciências Contábeis (Diurno).

E em terceiro lugar dos centros de ensino mais procurados, está o CCE (Centro de Comunicação e Expressão) que recebeu estes estudantes nos Cursos de Letras Língua Portuguesa e Literatura, Jornalismo e Design (Gráfico e de Produto).

Tomando por referência a tabela anterior, podemos fazer aproximações sucessivas de cotas analisadas X por centro. Essa possibilita uma melhor visualização de onde se localizam os estudantes beneficiados pelo PAA, o que permite a sistematização por meio de gráficos. Assim temos:

- **Quanto ao acesso do segmento - Escola Pública:**

Analisando mais detalhadamente a composição do quadro que segue pode-se observar que esses estudantes passaram a compor o grupo de alunos dos 11 centros. Assim temos:

N.	Centros de Ensino	Escola Pública			
		2008	2009	2010	TOTAL
1	CCA - CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	30	57	58	145
2	CCB - CENTRO DE CIÊNCIAS BÁSICAS	11	14	31	56
3	CED- CENTRO DE EDUCAÇÃO	28	41	51	120
4	CCE- CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	88	101	112	301
5	CCJ – CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS	32	33	36	101
6	CCS – CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	81	90	102	273
7	CDS – CENTRO DE DESPORTES	19	23	24	66
8	CFH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	67	82	99	248
9	CFM – CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS	38	39	64	141
10	CSE – CENTRO SÓCIOECONÔMICO	109	137	145	391
11	CTC – CENTRO TECNOLÓGICO	168	194	220	582
TOTAL		671	811	942	2424

**Tabela 3.** PAA - Amostra do Ingresso dos estudantes através do PAA , com recorte - Escola Pública - nos Centros de Ensino nos anos de 2008, 2009 e 2010.

Elaboração: Pacheco, TCC. 2010

Fonte: [www.cagr.ufsc.br](http://www.cagr.ufsc.br)

No recorte da Escola Pública, a incidência mostrou-se efetiva nos Centros CTC (Centro Tecnológico) com 168 estudantes e no CSE (Centro Socioeconômico) com 109 estudantes.

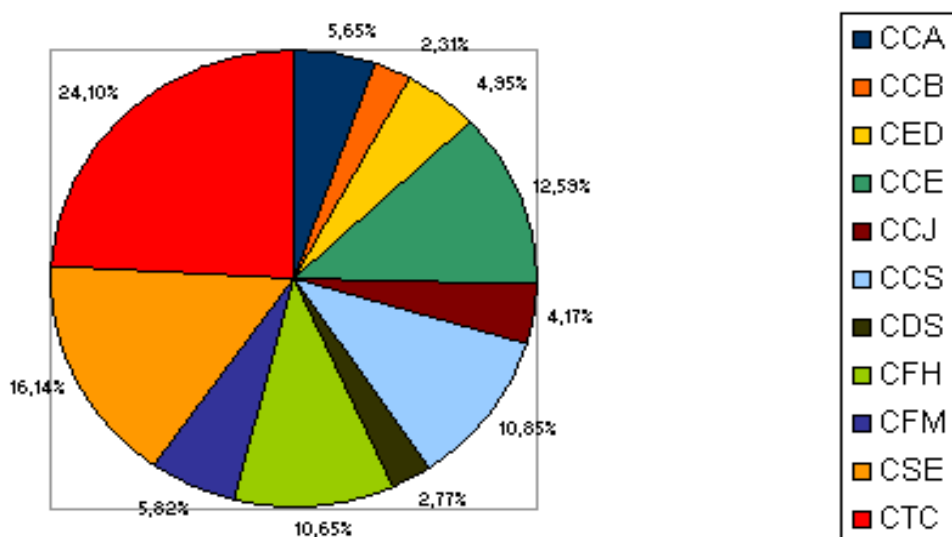
A terceira e quarta posições pertenceram ao CCE (Centro de Comunicação e Expressão) com 88 estudantes e ao CCS (Centro de Ciências da Saúde) com 81 estudantes.

Em 2009, o CTC recebeu de novo o maior número de ingressantes do PAA, com 194 estudantes, seguido pelo CSE com 137 estudantes.

Na terceira e quarta posições ficaram o CCE (Centro de Comunicação e Expressão) que recebeu 101 estudantes e o CCS (Centro de Ciências da Saúde) que ficou com 90 estudantes.

Já em 2010, o total de 942 estudantes, ficou distribuído entre o CTC que recebeu 220 estudantes, CSE com 145 estudantes, seguidos pelo CCE com 112

estudantes e CCS com 102 estudantes, dentre outros. Somando os três anos, ingressaram através de seleção de cotas com recorte para a Escola Pública, 2424 estudantes resumidos no percentual de 24,10% para o CTC, 16,14% para o CSE, 12,59% para o CCE e 10,85% para o CCS dentre outros com menores percentuais, mostrados no gráfico abaixo.



**Gráfico 1** – PAA – Porcentagem de ingresso por Centro de Ensino pelo recorte - Escola Pública  
 Elaboração: Pacheco, TCC. 2010  
 Fonte: [www.cagr.ufsc.br](http://www.cagr.ufsc.br)

Dentre os cursos mais procurados pelos estudantes de Escola Pública no CTC estão os de Engenharia Mecânica, Sistema de Informação (Noturno) e Engenharia Civil. O curioso é que são cursos de alta complexidade, escolhidos dentro de uma gama de ofertas nas mais diversas áreas de ensino, como: comunicação, letras, saúde, educação física, história, medicina, arquitetura, odontologia, entre outras.

Vale salientar que o ingresso nos Cursos de Medicina, Odontologia ou Arquitetura, tomados aqui como exemplos, requerem o uso de instrumental específico para a área, e que normalmente são de alto custo, dificultando a permanência do acadêmico. A PRAE, para sanar esta pendência, fez a compra de 12 *kits* para os alunos de baixa renda do Curso de Odontologia, que normalmente são emprestados a eles no início do curso e devolvidos ao final do mesmo. Quanto

ao Curso de Arquitetura no qual as maquetes são normalmente pagas pelos estudantes da classificação geral, ainda não havia resolução para quem pertencia ao PAA, ainda em 2010. (TRAGTENBERG, 2010, p.167).

- **Quanto ao acesso do segmento - Negros:**

Analisando mais detalhadamente a composição do quadro que segue pode-se observar esses estudantes passaram a compor o grupo de alunos dos 11 centros. Na Tabela 4, abaixo, o recorte é para quem ingressa pelo Programa de Ações Afirmativas sob cotas para Negros.

Na amostragem da Tabela 4, com o recorte das cotas para Negros, verificamos que houve decréscimo no número de ingressantes, visto que em 2008 entraram através deste recorte, por conta do Programa de Ações Afirmativas, 252 negros impactando também no Centro Tecnológico com 56 estudantes, seguido pelo Centro Socioeconômico que recebeu 44 estudantes.

N.	Centros de Ensino	Negros			
		2008	2009	2010	TOTAL
1	CCA - CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	7	6	8	21
2	CCB - CENTRO DE CIÊNCIAS BÁSICAS	5	4	5	14
3	CED- CENTRO DE EDUCAÇÃO	16	4	15	35
4	CCE- CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	24	25	21	70
5	CCJ – CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS	15	18	18	51
6	CCS – CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	33	39	19	91
7	CDS – CENTRO DE DESPORTES	12	11	3	26
8	CFH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	32	24	18	74
9	CFM – CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS	8	2	2	12
10	CSE – CENTRO SÓCIOECONÔMICO	44	52	26	122
11	CTC – CENTRO TECNOLÓGICO	56	68	52	176
	<b>TOTAL</b>	<b>252</b>	<b>253</b>	<b>187</b>	<b>692</b>

**Tabela 4 .** Amostra do Ingresso dos estudantes através do PAA , com recorte - Negros - nos Centros de Ensino, nos anos de 2008, 2009 e 2010.

Elaboração: Pacheco, TCC. 2010

Fonte: [www.cagr.ufsc.br](http://www.cagr.ufsc.br)



Na terceira e quarta posições ficaram o Centro da Saúde, que recebeu 33 estudantes e o Centro de Filosofia e Ciências Humanas com 32 estudantes, seguidos pelos demais Centros com números mais reduzidos, como mostra a tabela acima.

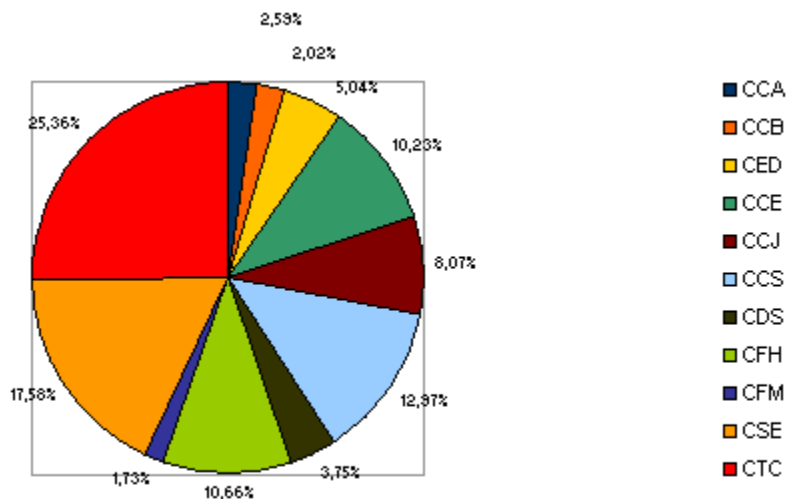
Em 2009, o número de ingressantes Negros permaneceu quase o mesmo, com acréscimo somente de um estudante, totalizando 253.

O Centro Tecnológico recebeu o maior número de Negros, 68 ao todo. Logo em seguida, o Centro Socioeconômico com 52 estudantes, seguidos pelo Centro de Ciências da Saúde com 39 estudantes e pelo Centro de Comunicação e Expressão, com 25 estudantes Negros, dentre outros.

No ano de 2010, o número de Negros ingressantes caiu bastante, totalizando 187 estudantes.

Dentre os Centros mais procurados estão novamente o Centro Tecnológico, que recebeu 52 estudantes, seguido pelo Centro Socioeconômico, com 26 estudantes. O Centro de Comunicação e Expressão com 21 estudantes e como quarto colocado o Centro de Ciências da Saúde que acolheu 19 estudantes.

Somando os três anos, ingressaram através de seleção de cotas com recorte para Negros, 692 estudantes resumidos no percentual de 25,36% para o CTC, 17,58% para o CSE, 12,97% para o CCE e 10,85% para o CCS, dentre outros com menores percentuais, mostrados no gráfico abaixo.



**Gráfico 2. PAA – Porcentagem de ingresso por Centro de Ensino pelo recorte - Negros**

Elaboração: Pacheco, TCC. 2010

Fonte: [www.cagr.ufsc.br](http://www.cagr.ufsc.br)

- **Quanto ao acesso do segmento - Índios:**

Analisando mais detalhadamente a composição do quadro que segue pode-se observar esses estudantes passaram a compor o grupo de alunos dos 11 centros. Quanto ao acesso do segmento – Índios – verificamos na Tabela 5 que no decorrer desses três anos de implementação do Programa de Ações Afirmativas na UFSC, ingressaram 5 indígenas, dentre os quais em 2008 1 ingressou no Centro de Ciências Jurídicas e 1 no Centro Tecnológico.

Em 2009, apenas 1 ingressou no Centro de Ciências Jurídicas e em 2010, 1 indígena ingressou no Centro de Ciências Agrárias e 1 no Centro de Ciências da Saúde.

Conforme TRAGTENBERG (2010, p.162), só entram indígenas na UFSC através do Programa de Ações Afirmativas. O autor enfatiza que “o aumento da nota de corte ligada ao Português contribuiu para a exclusão dos indígenas. Se as notas de corte fossem as de 2008 e os indígenas pudessem zerar na soma das questões discursivas, mais quatro indígenas teriam ingressado na UFSC em 2008 e 2009.”

N.	Centros de Ensino	Índios			
		2008	2009	2010	TOTAL
1	CCA - CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	0	0	1	1
2	CCB - CENTRO DE CIÊNCIAS BÁSICAS	0	0	0	0
3	CED- CENTRO DE EDUCAÇÃO	0	0	0	0
4	CCE- CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	0	0	0	0
5	CCJ – CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS	1	1	0	2
6	CCS – CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	0	0	1	1
7	CDS – CENTRO DE DESPORTES	0	0	0	0
8	CFH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	0	0	0	0
9	CFM – CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS	0	0	0	0
10	CSE – CENTRO SÓCIOECONÔMICO	0	0	0	0
11	CTC – CENTRO TECNOLÓGICO	1	0	0	1
	<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>5</b>

**Tabela 5.** Amostra do Ingresso dos estudantes através do PAA , com recorte para Índios nos Centros de Ensino nos anos de 2008, 2009 e 2010.

Elaboração: Pacheco, TCC. 2010

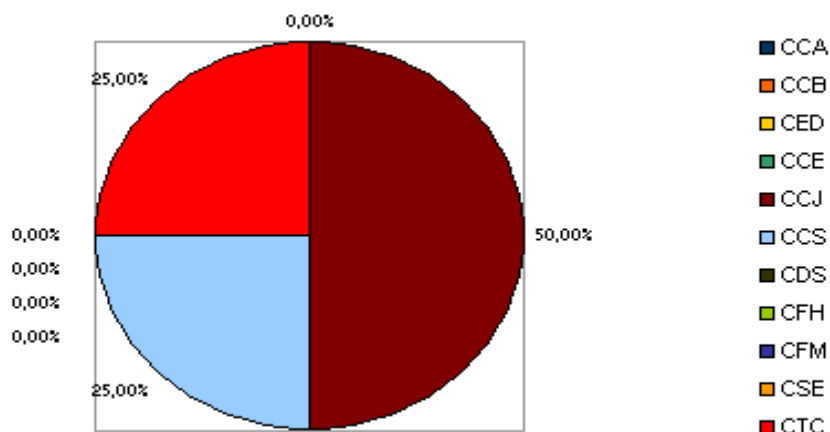
Fonte: [www.cagr.ufsc.br](http://www.cagr.ufsc.br)

Somando os três anos, ingressaram através de seleção de cotas com recorte para Índios, 5 estudantes resumidos no percentual de 50% para o CCJ (Centro de Ciências Jurídicas), 25% para o CTC (Centro Tecnológico e 25% para o CCS (Centro de Ciências da Saúde).

Nestes Centros de Ensino escolhidos, os indígenas optaram pelos Cursos de Direito (Noturno) no CCJ, e no Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental (CTC), no ano de 2008.

Em 2009, novamente no CCJ, um indígena ingressou no Curso de Direito (Noturno).

E em 2010 um indígena começou a cursar Ciência e Tecnologia Agroalimentar no CCA (Centro de Ciências Agrárias) e outro a cursar Medicina no CCS (Centro de Ciências da Saúde).



**Gráfico 3.** PAA – Porcentagem de ingresso por Centro de Ensino pelo recorte - Índios

Elaboração: Pacheco, TCC. 2010

Fonte: [www.cagr.ufsc.br](http://www.cagr.ufsc.br)

No que diz respeito à **permanência** dos graduandos na UFSC, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas, atua em parceria com (PRAE) Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis que trabalha objetivando desenvolver ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas para a permanência de discentes matriculados nos cursos de graduação da UFSC, em articulação com as demais estruturas universitárias, mobilizando principalmente recursos financeiros, pedagógicos e de infraestrutura física, podendo ser destacados: o programa de moradia estudantil, o auxílio moradia, a assistência saúde, a concessão de auxílio para aquisição de material escolar, a bolsa permanência, a bolsa alimentação, a inclusão digital, o transporte para eventos, congressos, simpósios, viagens de estudos, entre outros.

Esses programas, embora muitos tenham sua criação anterior à discussão mais especificamente colocada como “ações afirmativas” viabilizam também a permanência dos estudantes que ingressaram pelo Programa de Ações Afirmativas – PAA.

Para tanto, a base do trabalho da PRAE se constitui em valores que determinam as prioridades a serem seguidas pelo órgão, com a finalidade de alcançar o seu objetivo maior que é a permanência do estudante na Universidade.

Esses valores perseguidos pela PRAE, segundo consta no seu próprio site são compostos pela ética, a inovação, a gratuidade de ensino, a competência profissional, a eliminação de preconceitos, a qualidade da assistência estudantil, a valorização do profissional e do estudante, a preparação para o exercício da cidadania, a articulação ensino, pesquisa, extensão e assistência, a democratização dos serviços prestados aos estudantes, o compromisso social, institucional, pedagógico e acadêmico, além do compromisso com o estudante e com o movimento e a assistência estudantil.

A referida pró-reitoria disponibiliza vários programas de assistência estudantil visando a permanência, dentre eles, o Programa de Bolsa Permanência, que auxilia financeiramente o estudante de baixa renda com a oferta de uma bolsa no valor de R\$ 364,00. Para obtê-la, o estudante tem que desenvolver atividades orientadas, avaliadas e vinculadas à sua área de formação. Esta bolsa é concedida pela PRAE e possui a carga horária de 20 horas semanais.

Outro tipo de programa, não menos importante do que o anterior é o Auxílio Moradia Estudantil. A moradia estudantil tem atualmente 157 vagas. A seleção é feita através de abertura de edital, onde o estudante pode participar mediante a aprovação do seu cadastro socioeconômico pela Coordenadoria de Serviço Social (CoSS) e ainda ser de outro município do Estado de Santa Catarina. O que determina o acesso a vaga é o critério socioeconômico.

Os estudantes que não são selecionados na primeira inscrição compõem uma lista de espera, passando a ter direito de receber um auxílio financeiro no valor de R\$ 200,00 para contribuir no pagamento do aluguel, enquanto aguardam a vaga, mediante a apresentação do comprovante do pagamento deste aluguel.

Para fazer suas refeições, os estudantes contam com o serviço do Restaurante Universitário<sup>12</sup>. O uso desse serviço está condicionado à apresentação do cartão de identificação<sup>13</sup>, juntamente com o passe que é vendido no próprio restaurante. O estudante vinculado ao PAA pode solicitar a isenção do pagamento

---

<sup>12</sup> O estudante na UFSC desembolsa o valor de R\$ 1,50 para as suas refeições diárias (almoço e janta).

<sup>13</sup> O cartão deve ser feito na Secretaria do Restaurante Universitário nos horários das 8h às 12h50min e das 14h às 17h, apresentando um documento de identificação e o atestado de matrícula. O RU atende de segunda a domingo com serviços de almoço e janta, inclusive aos feriados. O almoço é servido entre 11h e 13h30min e o jantar entre 17h e 19h.

da taxa mediante análise do seu histórico socioeconômico previamente realizado pela Coordenação do Serviço Social da PRAE.

O auxílio para material didático é também um programa importante objetivando a permanência do estudante na UFSC. Esta solicitação, analisada antecipadamente pela Coordenadoria de Serviço Social através do cadastro socioeconômico, permite que as dificuldades de acompanhamento às aulas devido à falta de Xerox, material para aula prática entre outras, sejam sanadas através deste programa.

Além de atuar em conjunto com o Pré-Vestibular da UFSC, a Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas também atua colaborando com a política de Apoio Pedagógico. Esse projeto é uma parceria entre a Pró-Reitoria de Graduação (PREG) e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

Este programa consiste da oferta de cursos básicos das disciplinas de Bioquímica, Física, Inglês, Matemática, Química e Produção Textual, ministrados em quatro aulas semanais, durante dois meses, nos períodos vespertinos e noturnos.

Tem como objetivo sanar as possíveis dificuldades encontradas pelos estudantes no ensino e aprendizagem do Ensino Médio como um instrumento na formação discente, ajudando a esclarecer dúvidas e solucionar problemas referentes às disciplinas junto aos cursos de graduação da UFSC. Permite que muitos estudantes possam superar as dificuldades de aprendizagem do ensino médio em diversas disciplinas que são determinantes para a sua vida acadêmica.

A proposta deste programa se insere no Programa de Ações Afirmativas da UFSC, visando auxiliar a permanência dos estudantes no meio acadêmico, buscando sanar possíveis dificuldades apresentadas pelos estudantes oriundos de escolas públicas, assim como auxiliar os demais interessados.

### **3.2 - O papel assumido pelo serviço social no acesso e permanência dos acadêmicos vinculados ao Programa de Ações Afirmativas – PAA**

O Serviço Social, a serviço do estudante, atua se integrando aos demais setores da Universidade com a finalidade de, em conjunto, unirem forças políticas no sentido de propiciar ao estudante que ingressa na UFSC classificado pelas cotas, um tratamento consciente das limitações desta parcela da população, que ao mesmo tempo é detentora de seus direitos.

A equipe da Comissão do PAA vem auxiliando nas inscrições e seleções do Pré-Vestibular (Popular) da UFSC, com a colaboração de seus bolsistas e estagiários, em consonância com toda a equipe do Curso e seus professores em todas as escolas onde ocorrem as matrículas.

Atua na recepção dos documentos, na divulgação de informações sobre o PAA junto aos candidatos inscritos e na seleção dos candidatos, atentando para os requisitos de aprovação, que é definido através da análise da situação socioeconômica e da vida acadêmica do candidato (histórico escolar do Ensino Médio Público).

A equipe da Comissão do PAA auxilia também, na divulgação e na orientação aos estudantes interessados em fazer o apoio pedagógico e também em algumas atividades tais como: em conjunto com os professores, no registro de frequência dos estudantes, no atendimento de alguma demanda emergente (como dificuldade com espaço físico, ou falta de material didático), colaborando com a organização permanente dos trabalhos do Apoio Pedagógico.

O Serviço Social da PRAE, no que tange ao programa Bolsa Permanência, presta atendimento ao estudante de baixa renda, auxiliando financeiramente através do envolvimento deste estudante na iniciação ao trabalho, alocando-o num campo onde as atividades façam correlação com o curso em que está matriculado. Faz o gerenciamento das solicitações dos bolsistas além do pagamento de suas bolsas por meio de recursos oriundos da UFSC, e também orienta seus supervisores. Seleciona esses bolsistas e os acompanha durante o período letivo.

Nas seleções dos estudantes para os programas, realiza análise pelo cadastro socioeconômico mediante documentação entregue, ou entrevista com o estudante, tendo como requisitos a renda familiar, número de dependentes, despesas com moradias e doenças na família.

Há ainda o cadastramento, por parte do Serviço Social, dos estudantes que tenham interesse em lecionar aulas particulares nos níveis de 1º, 2º e 3º graus, como alternativas de trabalho remunerado.

O Serviço Social da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA contribui também com o acolhimento e informações na Recepção dos Calouros, em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, organizando os encontros e atuando na interação entre os cursos, além de orientar sobre os demais serviços que a UFSC oferece.

Orienta sobre os alojamentos na comunidade externa à UFSC e realiza seleção em função do cadastro socioeconômico dos candidatos à moradia estudantil.

E dentro da proposta visando à permanência, atende ainda estudantes encaminhados por professores, coordenadores de curso ou por sua própria iniciativa, nos casos de necessidade de orientação quanto a dependência química e de saúde mental. Identifica a necessidade e encaminha para atendimentos específicos.

E dentre outros, concede auxílios em situações emergenciais e de crise, sempre por intermédio de avaliação socioeconômica, para a concessão de óculos, passes do RU e reembolso de exames e consultas.

Neste contexto, o profissional do Serviço Social associa todos os possíveis instrumentos do seu trabalho, juntamente com seu modo de ver a vida e analisar situações, muitas vezes dentro de um espaço que não lhe permite particularizar seu atendimento, dificultando sua atuação.

Há, muitas vezes, o não comprometimento por parte da instituição que apregoa as Ações Afirmativas num comportamento não tão afirmativo, corroborando



com a falta de incentivo e dotação orçamentária para o bom desenvolvimento dos programas.

Em conformidade com o texto editado pela Revista nº 91 de Serviço Social e Sociedade (2007) que aborda sobre o Projeto Profissional,

A conjuntura atual coloca desafios mais complexos ao mundo do trabalho. O assistente social como trabalhador só se realiza quando sua força de trabalho é vendida no mercado por intermédio de determinadas condições e relações de trabalho, meios e mediações tais como: um contrato (formal ou informal) que define as bases nas quais se dará o exercício profissional do assistente social (em termos de: jornada de trabalho, funções, atribuições etc.), além de normas, rotinas, enfim, pela legislação trabalhista vigente. Estas definem um tipo de relação que se estabelece entre o profissional e a instituição, bem como determina as atividades/projetos para os quais é contratado, limita a sua autonomia que será sempre relativa ao contexto sociohistórico e à capacidade estratégica do profissional.

Mostra que o profissional, apesar de atrelado a uma instituição que é sua empregadora, é preso também às suas regras e tem de trabalhar em conformidade com elas.

No entanto, sendo um profissional com características que visam à emancipação dos sujeitos, procurará, dentro de suas possibilidades e de sua criatividade, propor meios de atender a demanda que diariamente se coloca diante de si.

Desta forma,

Os usuários do serviço social em geral não tem acesso ou domínio do conhecimento sobre os seus direitos (civis, políticos e sociais), a lógica a partir da qual esses se estruturam e os meios de exercê-los. O resultado é que não acessam, nem usufruem desses direitos. É a não efetivação desses direitos como instrumentos de participação política nas decisões sobre a vida do País e usufruto dos bens e serviços produzidos socialmente. Ou seja, é o não exercício da cidadania pelas camadas majoritárias da sociedade. (SILVA, 2000)

Por conta disso é que a Comissão de Ações Afirmativas, inserida num programa já institucionalizado, procura, dentro de seus principais objetivos,

socializar as informações para que o indivíduo, na sua busca, encontre amparo no conhecimento dos seus direitos.

Dentro desta perspectiva,

A socialização das informações referentes aos direitos sociais é uma ação profissional que fortalece o usuário no acesso e no processo de mudança da realidade na qual se insere, na direção da ampliação dos direitos e efetivação da cidadania. Desta forma, define-se como um processo democrático e político pelo qual se procura tornar transparente para os usuários, o real significado das políticas sociais, a lógica a partir da qual se originam e se estruturam na sociedade capitalista, bem como os meios e condições de acessá-las. (SILVA, 2000)

Dentro deste espírito, fortalecidos pelo que determina o Código de Ética da profissão que, entre seus princípios fundamentais enfatiza que o Assistente Social deve ter o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão de diferenças, dentro do que preconiza a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 3º, item IV, (Objetivos): promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

E pensando a Universidade como instituição de ensino, esta considera todos os interesses de uma sociedade, e por isso mesmo ela

compreende um conjunto de faculdades ou escolas para a especialização profissional ou científica e tem como função precípua garantir a conservação e o progresso nos diversos ramos de conhecimento, pelo ensino e pela pesquisa. (Dicionário Aurélio)

Sendo assim, ela engloba todos os saberes e também é espaço de manifestações culturais. Desta forma, conforme MARCOVITCH,

Ela é o melhor lugar possível para uma enriquecedora transição da adolescência para a juventude e, depois, para a idade adulta. A universidade tem ainda o papel de formar a cidadania. Cabe-lhe, e talvez seja essa a sua principal função, desenvolver a inquietude do ser social. (1998, p. 23).

De acordo com SPERANDIO (1997), a resposta estará na interdisciplinaridade, que é a capacidade de diálogo entre cientistas, provenientes de

horizontes diversos trabalhando sobre um tema comum. E cada um contribuindo com a metodologia específica de sua matéria. E esta capacidade de compreender os outros, e através disto, se questionar, será fator determinante na adoção desse sistema, que terá impacto significativo na estrutura acadêmica, e seus efeitos se alastrarão sobre os cursos de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão.

Entretanto, para isto acontecer será necessário repensar os programas pedagógicos dos cursos, as relações professor/aluno, um novo enfoque para a relação universidade e sociedade sobre uma perspectiva mais dinâmica e participativa, enfim uma maior integração em todos os âmbitos, mas o principal, a universidade estará contribuindo para a formação de indivíduos versáteis com uma visão global, rompendo de vez com a cultura fragmentada.

Para tanto ela terá que abandonar a forma tradicional de ensino, pesquisa e extensão, além de vencer os obstáculos daqueles que se recusam a aceitar inovações e preferem o conformismo.

E, conforme PAIVA E SALES (A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios, s.d) pressupõe que,

A possibilidade de romper com esse conservadorismo, justificador da desigualdade, acena para uma permanente crítica e autocrítica aos comportamentos e pensamentos reprodutores do paradigma da crueldade e da desumanização. Trata-se de empreendermos uma recusa e um combate nos espaços institucionais e nas relações cotidianas, diante de todas as situações que ferem a integridade dos indivíduos e que os submetem ao sofrimento, à dor física e à humilhação. Como contraponto a esta lógica da perversidade e da omissão, os assistentes sociais devem se imbuir, pelo que o Código de Ética sinaliza, de um espírito e de uma postura assentados numa cultura humanística e essencialmente democrática.

E assim, com a perspectiva de fomentar os serviços visando à totalidade, a UFSC procura, dentro das suas possibilidades, atender a um número cada vez maior de estudantes que buscam nesta instituição a maneira de se inserir na sociedade como sujeitos de direitos, como deve ser qualquer cidadão brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho resume toda a vivência no campo do Estágio Obrigatório, onde pude observar de perto como a UFSC, no papel de uma instituição de nível superior de ensino assimila e delimita ações no sentido de permitir o acesso daquele cidadão que constitucionalmente tem direitos, mas que na realidade não tem oportunidades para acessá-los, em função de sua condição socioeconômica.

Essa busca constante é com a finalidade de analisar o que foi produzido historicamente, pois o passado faz parte das muitas reflexões que o homem fez e faz durante a sua trajetória histórica, para construir novas possibilidades no sentido da superação de um passado massacrante, árduo e até desumano de uma parcela da população que sobreviveu miseravelmente.

Encontrar pessoas que pensam a diferença social e que se dispõem a tratá-la, dentro de um universo egoísta e consumista como o nosso é, no mínimo, gratificante.

Infelizmente, ainda tem que haver critérios para “selecionar” um direito. Que dentre os vulneráveis se tenha que escolher os mais vulneráveis, numa gama de muitos que tentam acessar uma política de inclusão. Foi isso que percebemos nesses dois semestres como estagiária. Apesar da preocupação da inserção, de como agilizar, de como admitir, não há a possibilidade de acolher a todos, necessitando um recorte imenso, através da análise socioeconômica, preliminarmente.

Porém nota-se que o cenário vem se modificando nestes anos e que algumas perspectivas vem se abrindo na UFSC, com horizontes tangíveis, com a oferta de programas de assistência estudantil e, após o estabelecimento do PAA, outro leque de possibilidades se mostrou, vislumbrando o acesso e a permanência daqueles sujeitos cotistas, porém numa proporção muito aquém do que é preciso.

Assim, os números demonstram que as ações afirmativas na UFSC vem procurando atender às expectativas da instituição no tocante à inclusão social, em parte, ancoradas pelo Programa Pré-Vestibular da UFSC, ação esta que vem

tentando possibilitar que centenas de estudantes que não conseguiam visualizar o seu acesso ao ensino superior, pudessem ter essa oportunidade na própria universidade. No entanto, a demanda é cada vez maior e a instituição ainda não se deu conta da importância desta política de inclusão e desses programas de assistência estudantil para esses poucos estudantes que conseguem acessar a política, mas que precisam de apoio para continuar o acesso.

A acolhida é o ponto chave da impressão de quem chega. Não deve se limitar ao contato físico, ao recepcionar somente. Tem que ultrapassar as congratulações. Quem chega tem que se sentir bem vindo, independente do sexo, da cor, da raça, da religião. Quem chega numa instituição de ensino, quer conhecer e quer ser reconhecido e, principalmente, quer aprender.

Distinguido pela inclusão social, esta atividade preparatória busca acolher pré-vestibulandos oriundos de Escola Pública, priorizando a situação socioeconômica, na expectativa de dar oportunidades para aqueles que, até então sequer sonhavam em acessar uma universidade, cuja seleção é e sempre foi tão criteriosa.

Dentro deste quadro, este trabalho tem sua importância em apontar onde estão distribuídos os estudantes do PAA. Quais cursos da UFSC são mais procurados por eles e qual a demanda de assistência que os mesmos necessitam quando se deparam com a comunidade universitária.

Detentores destas informações, a UFSC e especialmente a PRAE, em conjunto com a Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas poderão estabelecer estratégias para instituir um melhor acolhimento e acompanhamento aos estudantes representados por esta nova demanda. Esse último apresenta-se, no momento, como um dos novos desafios a ser enfrentado, ou seja, proporcionar uma forma de acompanhamento mais sistemático aos estudantes provenientes do PAA, durante todo o seu percurso universitário.

Para tanto, delineia-se aqui a necessidade de novos estudos e pesquisa no meio acadêmico para saber quem são especificamente estes estudantes, como estão enfrentando o curso e quais suas necessidades mais prementes, que dariam subsídios para que fossem implementadas mais ações ou melhorar estas que são

ofertadas com a finalidade de mantê-lo na instituição até a finalização do seu objetivo maior que é concluir um curso de nível superior em uma Universidade Pública de Ensino.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais, ações afirmativas e universalização dos direitos, 2005. Disponível em: [http://alex.nasc.sites.uol.com.br/textos/texto\\_lugarcomum19.htm](http://alex.nasc.sites.uol.com.br/textos/texto_lugarcomum19.htm). Acesso em: 11 de outubro de 2007.

\_\_\_\_\_. Universidade e cidadania – O movimento dos cursos pré-vestibulares populares, 2005. Disponível em: [http://alex.nasc.sites.uol.com.br/textos/texto\\_lugarcomum17.htm](http://alex.nasc.sites.uol.com.br/textos/texto_lugarcomum17.htm). Acesso em: 11 de outubro de 2007.

AMARAL, C. E. R. do. [www.conjur.com.br/2010-ago-02/estatuto-igualdade-racial-assegura-defesa-direitos-etnicos](http://www.conjur.com.br/2010-ago-02/estatuto-igualdade-racial-assegura-defesa-direitos-etnicos), Agosto de 2010.

Ampliação do acesso com diversidade socioeconômica e étnico racial na UFSC: considerações preliminares. COMISSÃO PARA AMPLIAÇÃO DO ACESSO COM DIVERSIDADE SOCIOECONÔMICA E ETNICO RACIAL DA UFSC.

BALBOA, Joice. Evasão de alunos cotistas é menor. Março de 2010;

BENEVIDES, M. V. Democracia de iguais, mas diferentes. In: BORBA, A. FARIA N. GODINHO, T. (org) Mulher e política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

BOBBIO, N. A Era dos Direitos. RJ: Campus ED. 1992.

BRANDÃO, A. A. Miséria da Periferia: Desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

CÉSAR, R. C. L. Políticas de inclusão no ensino superior brasileiro: um acerto de contas e de legitimidade (p. 13-34). In: BRANDÃO, A. A. (org.). Cotas Raciais no Brasil: a primeira avaliação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988.

Cotas raciais: por que sim? / uma publicação do Ibase. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Ibase, 2008.

Cotas Raciais: por que sim? Uma publicação do Ibase, 3ª Edição. Rio de Janeiro: Ibase, 2008.

FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez: Autores Associados - Coleção Polêmica do nosso tempo; v.33 -, 1989.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1. Record: Rio de Janeiro, 2002.

FURTADO, Júlio. Formar para a inclusão ou incluir para formar? Revista Aprendizagem – a revista da prática pedagógica. Ano 2 nº 8, Setembro/Outubro, 2008.

GOMES, Joaquim Barbosa. Ação afirmativa e princípio constitucional de igualdade. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HENRIQUES, Ricardo. Raça e gênero dos sistemas de ensino: os limites das <http://eduquenet.net/cotasnegros.htm>. Prof. Eustáquio Lagoeiro Castelo Branco. Pesquisa realizada no dia 06/10/2010.

<http://www.conjur.com.br/2010-ago-02/estatuto-igualdade-racial-assegura-defesa-direitos-etnicos>, em 31/10/2010.

<http://www.cressmt.org.br/artigos.jsp?id=2>, 16/10/2009.

<http://www.prevestibular.ufsc.br/site2/index.php?link=aluno.html>. Acessada em 19/11/2010.

<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>. Evasão no Ensino Superior Brasileiro. Acessado em 26 de Fevereiro de 2010.

IANNI, Octavio. *Pensamento Social no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2004.

IANNI, Octávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JACCOUD, Luciana (org.). A Construção de uma Política de Promoção da Igualdade Racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília, Ipea, 2009. P. 233: grafs, tabs.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário (org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

JESUS, Rodrigo Edmilson de. Morre mais um negrinho. Coleção Cultura Negra e Identidades. Programa de Ações Afirmativas na UFMG, 2002 – 2004.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*, 1926. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ª Ed. Rio de Janeiro, Editora: Paz e Terra, 1986.

LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de 23 de dezembro de 1996.

MANIFESTO EM DEFESA DA JUSTIÇA E CONSTITUCIONALIDADE DAS COTAS. 120 anos da luta pela igualdade racial no Brasil. Brasília, 13 de maio de 2008.



Mariangela Belfiore Wanderley, Refletindo sobre a noção de exclusão, cap.1, *In*: SAWAIA, Bader Buhiran (org.). As artimanhas da exclusão. 5ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004, p.16-7.

MARQUES, Antonio Gabriel. Da senzala à Unidade Racial: uma abordagem da realidade social no Brasil. Editora Planeta Paz, Mogi Mirim, São Paulo, 1996.

MOGNOLI, Demétrio. Monstros Tristonhos. Arquivo de Artigos ETC. <http://arquivoetc.blogspot.com/2009/05/demetrio-mognoli-monstros...> O Estado de São Paulo, 14/05/2009.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp, 1996.

NASCIMENTO, A. do. Movimento PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Histórico. Disponível em: <http://alex.nasc.sites.uol.com.br/PVNC/historicopvnc.htm>. Acesso em: 24 de junho de 2005.

OCHA, L.C. Paixão, Políticas Afirmativas e Educação: a Lei 10639/03 no Contexto das Políticas Educacionais no Brasil Contemporâneo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

PACHECO, Jairo Queiroz e SILVA, Maria Nilza da (orgs.). O Negro na Universidade: o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007, p. 160.

PACHECO, José. Solidão não rima com inclusão. Revista Aprendizagem – a revista da prática pedagógica. Ano 3 nº 15, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto de SALES, Mione Apolinário. A nova Ética Profissional: Práxis e Princípios. In: Dilséia Adeodata Bonetti et al. (Orgs). *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIXÃO, M. J. P. [Apresentação em PowerPoint]. Seminário “Cotas e Ações Afirmativas na UFSC”, 1 de junho de 2006.

PARO, Vitor Henrique. Formar para a inclusão ou incluir para formar? Revista Aprendizagem – a revista da prática pedagógica. Ano 2 nº 8, Setembro/Outubro, 2008.

PINTO, Carlos Ignácio. A política de Cotas nas Universidades Públicas Brasileiras. [www.klepsidra.net/klepsidra16/cotas.pdf](http://www.klepsidra.net/klepsidra16/cotas.pdf). Acessado em 22 de novembro de 2010.

Revista Serviço Social e Sociedade, nº 91, 2007.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 476.

ROXO, Antonio Carlos; OLIVEIRA, Marcus Eduardo de. WEB Diário: O Brasil pós Lula: ainda há muito a ser resolvido, 26/10/2010.

SALES JÚNIOR, Ronaldo. O público e o privado - Nº 3 - Janeiro/Junho – 2004.

SANTOS, S. A.. Ação afirmativa e mérito individual. In: SANTOS, R. E; LOBATO, F. (Orgs). Ações afirmativas – Políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Silvana Mara, M. Direitos, desigualdade e diversidade. IN: BOSCHETTI, Ivanete. et al (org.) Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo:Cortez, 2008.

SEGATO, Rita Laura. Cotas: por que reagimos? Revista USP, São Paulo, nº 68, p. 76 – 87, dezembro/fevereiro 2005-2006.

TRAGTENBERG, Marcelo H. R., SEBRÃO, Graciane Daniela, et. all. Negros no Brasil, Política, Cultura e Pedagogias. Núcleo de Estudos Negros, Novembro de 2010.

TRAGTENBERG, Marcelo. Evasão de alunos cotistas é menor. Março de 2010.

ULCI, Otávio Soares. Generalidade e particularidade na sociologia brasileira. In: Sociedade e Estado: pensamento social brasileiro – UnB. Vol. XV, nº 2, jun – dez. 2000, p.233-239.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Resolução 08/CUN/2007. 2007. Disponível em [www.coperve.ufsc.br](http://www.coperve.ufsc.br).

VIANA, Diego. Quando a pele está nos olhos. <http://www.geledes.org.br/em-debate/sobre-o-discurso-da-racionalização-o-que-ele-esconde> HTML.

VINAGRE, Marlise. *Ética, Direitos Humanos e projeto profissional emancipatório*. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (org). *Ética e Direitos Humanos: ensaios críticos*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2009.

# ANEXO I

**Resolução Normativa nº 008/CUn/2007, de 10 de julho de 2007**

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 008/CUN/2007, de 10 de julho de 2007.**

**EMENTA: CRIA O "PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS" DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e considerando:

- 1) a autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira de que goza a Universidade, por força do disposto no art. 207 da Constituição Federal;
- 2) a missão institucional da Universidade que se pauta pela perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida;
- 3) a necessidade de promover, assegurar e ampliar o acesso democrático à Universidade Pública com diversidade socioeconômica e étnico-racial como compromisso de uma instituição social, pública, plural e de natureza laica; e,
- 4) o que deliberou este Conselho em sessão realizada nesta data, conforme Parecer nº 007/CUn/2007, constante do Processo n.º 23080.008762/2007-91, **RESOLVE**,

**Criar** o "Programa de Ações Afirmativas" da Universidade Federal de Santa Catarina que se regerá pelas disposições constantes desta Resolução Normativa.

**TÍTULO I**

**DA NATUREZA, FINALIDADE E VINCULAÇÃO**

**Art. 1º** O "Programa de Ações Afirmativas" da Universidade constitui-se em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e de estímulo à permanência na Universidade.

**Art. 2º** O "Programa de Ações Afirmativas" da Universidade a que se refere o artigo anterior destina-se aos estudantes que:

- I – tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituição de ensino pública;

II – pertençam ao grupo racial negro, na forma prevista nesta Resolução Normativa;

III – pertençam aos povos indígenas.

**Art. 3º** O "Programa de Ações Afirmativas" ficará vinculado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG).

## **TÍTULO II**

### **DAS AÇÕES AFIRMATIVAS**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 4º** As ações orientadoras do "Programa de Ações Afirmativas" de que trata esta Resolução Normativa, a serem implementadas pela Universidade, são as seguintes:

I – preparação para o acesso aos Cursos de Graduação da Universidade;

II – acesso aos cursos de graduação da Universidade;

III – acompanhamento e permanência do aluno na Universidade;

IV – acompanhamento da inserção sócio-profissional dos alunos egressos da Universidade;

V – ampliação de vagas nos cursos de graduação;

VI – criação de cursos de graduação noturno.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DA PREPARAÇÃO PARA O ACESSO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

###### **Seção I**

###### **Das Disposições Gerais**

**Art. 5º** As ações afirmativas de preparação para o acesso aos Cursos de Graduação da Universidade a que se refere o inciso I do artigo 4º, são as seguintes:

- I – divulgação, nas escolas e nos meios de comunicação, do "Programa de Ações Afirmativas" na perspectiva de inclusão socioeconômica e étnico-racial no ensino superior;
- II – apoio às atividades de extensão da Universidade na área de ações afirmativas.
- III – oferta de Curso Pré-Vestibular, priorizando o acesso aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino;
- IV – ampliação da oferta de vagas no Curso Pré-Vestibular da Universidade.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACESSO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

**Art. 6º** Para a implementação da ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação da Universidade, a que se refere o inciso II do art. 4º, será destinado 30% (trinta por cento) das vagas do vestibular, em cada curso, que serão distribuídas da seguinte forma:

- I – 20% (vinte por cento) para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino;
- II – 10% (dez por cento) para candidatos auto declarados negros, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino.

**§ 1º** Os candidatos a que se referem os incisos I e II deste artigo, interessados em participar na ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação, deverão fazer a sua opção no ato de inscrição do vestibular.

**§ 2º** Os candidatos que optarem pelo "Programa de Ações Afirmativas" também concorrerão às vagas pela classificação geral.

**§ 3º** Caso o percentual de vagas estabelecido no inciso I deste artigo não venha a ser preenchido, as vagas remanescentes serão ocupadas por candidatos da classificação geral.

**§ 4º** Caso o percentual de vagas estabelecido no inciso II deste artigo não venha a ser preenchido, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por candidatos auto declarados negros, oriundos de outro percurso escolar.

**§ 5º** Caso as vagas remanescentes a que se refere o parágrafo anterior não venham a ser preenchidas por candidatos auto declarados negros, oriundos de outro percurso escolar, poderão ser ocupadas por candidatos da classificação geral.

**Art. 7º** Os candidatos classificados no vestibular para as vagas a que se refere o inciso I do art. 6º deverão comprovar, no ato de matrícula, que cursaram integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino.

**Art. 8º** Os candidatos classificados no vestibular para as vagas a que se refere o inciso II do art. 6º deverão possuir fenótipos que os caracterizem na sociedade como pertencentes ao grupo racial negro.

**§ 1º** A comprovação da condição de pertencente ao grupo racial negro dar-se-á no ato de matrícula, mediante o preenchimento de declaração que será assinada pelo candidato.

**§ 2º** Os candidatos auto declarados negros classificados poderão ser submetidos à entrevista por comissão institucional criada na forma prevista nesta Resolução Normativa, que decidirá se atendem aos requisitos estabelecidos para a modalidade de vaga para a qual optaram.

**Art. 9º** Para a implementação do acesso aos candidatos pertencentes aos povos indígenas, a que se refere o inciso III do art. 2º, serão criadas 5 (cinco) vagas suplementares que serão preenchidas pelos candidatos melhor classificados no vestibular.

**§ 1º** As vagas a que se refere o caput deste artigo serão criadas especificamente para este fim nos cursos em que houver candidatos aprovados, observado o limite de 2 (duas) vagas por curso.

**§ 2º** O número de vagas a que se refere o parágrafo anterior será alterado, a cada ano, mediante a criação de uma nova vaga, até perfazer o total de 10 vagas em 2013.

**§ 3º** Os candidatos a que se refere este artigo, interessados em participar na ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação, deverão fazer a sua opção no ato de inscrição do vestibular.

**Art. 10.** Os candidatos pertencentes aos povos indígenas que optarem por concorrer a uma vaga na forma prevista no art. 9º, deverão preencher o formulário de inscrição ao vestibular contendo informações quanto:

I – ao grupo indígena a que pertence;

II – à sua situação lingüística;

III – à descrição da sua história de vida;

IV – às expectativas em relação ao curso que deseja freqüentar.

**Parágrafo único.** A declaração a que se refere o inciso I dar-se-á no ato de matrícula, mediante o preenchimento de declaração que será assinada pelo candidato.

**Art. 11.** Os candidatos declarados indígenas classificados no vestibular poderão ser submetidos à entrevista por comissão institucional criada na forma prevista nesta Resolução Normativa, que decidirá se atendem aos requisitos estabelecidos para a modalidade de vaga para a qual optaram.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACOMPANHAMENTO E PERMANENCIA NA UNIVERSIDADE**

**Art. 12.** As ações afirmativas de acompanhamento e permanência do aluno ingressante na Universidade de que trata o inciso III do artigo 4º, são as seguintes:

I – apoio acadêmico estruturado em projetos e programas voltados para conteúdos e habilidades necessários ao desempenho acadêmico e para aspectos relacionados ao processo de aprendizagem;

II – apoio econômico em face das demandas de situação de baixa renda, compreendendo a:

a) **criação, reestruturação e ampliação** de programas já existentes na Universidade;

b) utilização de bolsas acadêmicas oriundas de modelos já existentes e de

programas ou iniciativas federais, estaduais ou municipais para este público alvo;



c) celebração de convênios com órgãos públicos ou privados para auxiliar a permanência na Universidade;

III – atenção à formação político-social como acadêmico, mediante o uso de metodologias de interação que privilegiem o (re)conhecimento das suas características socioculturais e econômicas a fim de ampliar o seu repertório político-cultural e estimular uma inserção protagonista e solidária na Universidade.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACOMPANHAMENTO DA INSERÇÃO**

#### **SÓCIOPROFISSIONAL DOS ALUNOS EGRESSOS DA UNIVERSIDADE**

**Art. 13.** As ações afirmativas de acompanhamento da inserção sócio-profissional dos alunos egressos da Universidade que aderiram ao "Programa de Ações Afirmativas" serão efetuadas mediante a criação de um banco de dados com informações atualizadas desses alunos.

## **TÍTULO III**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 14.** Para os fins de acompanhamento das ações afirmativas do "Programa de ações Afirmativas" de que trata esta Resolução Normativa, será constituída uma comissão institucional que deverá proceder à sua avaliação e à proposição de mecanismos relacionados às distintas dimensões e aos seus resultados.

**Parágrafo único.** A comissão a que se refere este artigo, constituída por professores efetivos da Universidade e representantes discentes indicados pelo DCE, será designada pelo Reitor.

**Art. 15.** As disposições desta Resolução Normativa aplicar-se-ão, no que couber aos demais alunos dos cursos de graduação da Universidade.

**Art. 16.** As ações afirmativas de que trata esta Resolução Normativa serão implementados para o ano letivo de 2008.

**Art. 17.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pró-Reitor de Ensino de Graduação.

**Art. 18.** Esta resolução entrará em vigor a partir da sua publicação no Boletim Oficial da UFSC.

## APÊNDICE I

**PAA – Classificação por Centro de Ensino nos anos de 2008, 2009 e 2010**

PAA – Classificação por Centro de Ensino nos anos de 2008, 2009 e 2010

Dados retirados do Sistema de Graduação da UFSC, CAGR, na data de 17/09/2010

<b>CCA - CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS</b>				<b>Total</b>
<b>Modalidade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	
<b>Escola Pública</b>	<b>30</b>	<b>57</b>	<b>58</b>	<b>145</b>
<b>Negros</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>21</b>
<b>Índios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

<b>CCB - CENTRO DE CIÊNCIAS BÁSICAS</b>				<b>Total</b>
<b>Modalidade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	
<b>Escola Pública</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>31</b>	<b>56</b>
<b>Negros</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>14</b>
<b>Índios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>CED- CENTRO DE EDUCAÇÃO</b>				<b>Total</b>
<b>Modalidade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	
<b>Escola Pública</b>	<b>28</b>	<b>41</b>	<b>51</b>	<b>120</b>
<b>Negros</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>15</b>	<b>35</b>
<b>Índios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>CCE- CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO</b>				<b>Total</b>
<b>Modalidade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	
<b>Escola Pública</b>	<b>88</b>	<b>101</b>	<b>112</b>	<b>301</b>
<b>Negros</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>70</b>
<b>Indios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>CCJ – CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS</b>				<b>Total</b>
<b>Modalidade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	
<b>Escola Pública</b>	<b>32</b>	<b>33</b>	<b>36</b>	<b>101</b>
<b>Negros</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>51</b>
<b>Indios</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

<b>CCS – CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE</b>				<b>Total</b>
<b>Modalidade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	
<b>Escola Pública</b>	<b>81</b>	<b>90</b>	<b>102</b>	<b>273</b>
<b>Negros</b>	<b>33</b>	<b>39</b>	<b>19</b>	<b>91</b>
<b>Indios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

<b>CDS – CENTRO DE DESPORTOS</b>				<b>Total</b>
<b>Modalidade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	
<b>Escola Pública</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>66</b>
<b>Negros</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>26</b>
<b>Indios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>CFH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS</b>				<b>Total</b>
<b>Modalidade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	
<b>Escola Pública</b>	<b>67</b>	<b>82</b>	<b>99</b>	<b>248</b>
<b>Negros</b>	<b>32</b>	<b>24</b>	<b>18</b>	<b>74</b>
<b>Indios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>CFM – CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS</b>				<b>Total</b>
<b>Modalidade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	
<b>Escola Pública</b>	<b>38</b>	<b>39</b>	<b>64</b>	<b>141</b>
<b>Negros</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>12</b>
<b>Indios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>CSE – CENTRO SÓCIOECONÔMICO</b>				<b>Total</b>
<b>Modalidade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	
<b>Escola Pública</b>	<b>109</b>	<b>137</b>	<b>145</b>	<b>391</b>

<b>Negros</b>	<b>44</b>	<b>52</b>	<b>26</b>	<b>122</b>
<b>Indios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>CTC – CENTRO TECNOLÓGICO</b>				<b>Total</b>
<b>Modalidade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	
<b>Escola Pública</b>	<b>168</b>	<b>194</b>	<b>220</b>	<b>582</b>
<b>Negros</b>	<b>56</b>	<b>68</b>	<b>52</b>	<b>176</b>
<b>Indios</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

## APÊNDICE II

**Distribuição dos estudantes do PAA por Centro de Ensino e por Curso, nas  
modalidades de Escola Pública, Negros e Índios**

Distribuição dos estudantes do PAA por Centro de Ensino e por Curso, nas modalidades de Escola Pública, Negros e Índios

**CG – Classificação Geral**

**EP – Escola Pública**

**N – Negros**

**I – Índios**

**+ Curso Ead (Educação à distância) Não entra nas AA**

**ANO: 2008**

**1 - CCA – CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Agronomia	<b>58</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Ciê.n.e Tecn.Agroalimentar	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Engenharia de Aquicultura	<b>38</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Zootecnia	<b>35</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>30</b>	<b>7</b>	<b>0</b>

**2 - CCB – CENTRO DE CIÊNCIAS BÁSICAS**

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Ciências Biológicas (Diurno)	<b>40</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
Ciências Biológicas (Lic. – Noturno)	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>0</b>



### 3 - CED – CENTRO DA CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Arquivologia	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Biblioteconomia (Noturno)	<b>49</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
Educação do Campo (Lic.)	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Pedagogia	<b>61</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>28</b>	<b>16</b>	<b>0</b>

### 4 - CCE – CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Artes Cênicas – Teatro	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
Cinema	<b>21</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
Design, Hab. em Animação	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Design, Hab. em Produto	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Design, Hab. em Design Gráfico	<b>33</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>-</b>
Ead – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Bacharelado)	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Licenciatura)	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Letras – Licenciatura em Língua Espanhola	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Letras – Licenciatura em Língua Inglesa	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>

Jornalismo	<b>37</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Alemã e Lit.	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Espanhola e Lit.	<b>20</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Francesa e Lit.	<b>18</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Inglesa e Lit.	<b>19</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Italiana e Lit.	<b>18</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Port. e Lit	<b>47</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Port. e Lit.(Not)	<b>26</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>-</b>
Letras – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Bacharelado)	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Letras – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Licenciatura)	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Letras – Secret. Executivo Not.	<b>17</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>88</b>	<b>24</b>	<b>0</b>

## 5 - CCJ – CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Direito (Diurno)	<b>53</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
Direito (Noturno)	<b>56</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>32</b>	<b>15</b>	<b>1</b>

## 6 - CCS – CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Enfermagem	45	14	6	0
Farmácia	81	23	5	0
Fonoaudiologia (Noturno)	0	0	0	0
Medicina	69	19	9	0
Nutrição	25	8	4	0
Odontologia	62	17	9	0
<b>Total</b>	<b>282</b>	<b>81</b>	<b>33</b>	<b>0</b>

## 7 - CDS – CENTRO DE DESPORTOS

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Educação Física (Bacharelado)	33	9	6	0
Educação Física	29	10	6	0
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>19</b>	<b>12</b>	<b>0</b>

## 8 - CFH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Antropologia	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Ciências Sociais (Diurno)	<b>20</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Ciências Sociais (Noturno)	<b>21</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Ead – UAB – Filosofia	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Filosofia (Diurno)	<b>17</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Filosofia (Noturno)	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Geografia (Diurno)	<b>21</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Geografia (Noturno)	<b>21</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Geologia	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
História (Diurno)	<b>25</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
História (Noturno)	<b>26</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Museologia	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Oceanografia	<b>19</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Povos Indíg. do Sul da Mata Atlânt. (Lic.)	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Psicologia	<b>51</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>237</b>	<b>67</b>	<b>32</b>	<b>0</b>

## 9 - CFM – CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Ead – Física (Licenciatura)	+	+	+	+
Ead – Matemática (Licenciatura)	+	+	+	+
Ead – Mat. (Lic.) – Maranhão	+	+	+	+
Física (Bacharelado)	20	5	1	0
Física (Licenciatura) – Noturno	30	5	0	0
Matemática (Licenciatura)	26	8	0	0
Matemática (Licenciatura) Noturno	8	6	2	0
Matemática e Comp. Científica	8	0	1	0
Química	39	14	4	0
Química (Bacharelado)	0	0	0	0
Química (Licenciatura)	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>38</b>	<b>8</b>	<b>0</b>

## 10 - CSE – CENTRO SOCIOECONÔMICO

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Administração (Diurno)	63	14	7	0
Administração (Noturno)	54	14	9	0

Ciências Contábeis (Diurno)	<b>54</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Ciências Contábeis (Noturno)	<b>53</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Ciências Econômicas (Diurno)	<b>52</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Ciências Econômicas (Noturno)	<b>50</b>	<b>14</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
Ead – UAB – Administração	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Administ. Pública	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Ciências Contábeis	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Ciênc. Econômicas	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Relações Internacionais	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Serviço Social (Diurno)	<b>48</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
Serviço Social (Noturno)	<b>36</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
Ead – Administração	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>109</b>	<b>44</b>	<b>0</b>

## 11 – CTC – CENTRO TECNOLÓGICO

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Arquitetura e Urbanismo	<b>53</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
Ciências da Computação	<b>47</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Engenharia Civil	<b>60</b>	<b>18</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
Engenharia de Alimentos	<b>27</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>0</b>

Eng. de Controle e Automação	<b>38</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
Engenharia de Materiais	<b>45</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Engenharia de Produção Civil	<b>28</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Engenharia de Produção Elétrica	<b>26</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Eng. de Produção Mecânica	<b>27</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Engenharia Elétrica	<b>71</b>	<b>17</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
Engenharia Eletrônica	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Engenharia Mecânica	<b>74</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Engenharia Química	<b>29</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Engenharia Sanitária e Ambiental	<b>48</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
Sistemas de Informação (Noturno)	<b>57</b>	<b>19</b>	<b>9</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>630</b>	<b>168</b>	<b>56</b>	<b>1</b>

**ANO: 2009**

**1 - CCA – CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Agronomia	<b>69</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Ciê.n.e Tecn.Agroalimentar	<b>43</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Engenharia de Aquicultura	<b>55</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Zootecnia	<b>44</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>211</b>	<b>57</b>	<b>6</b>	<b>0</b>

**2 - CCB – CENTRO DE CIÊNCIAS BÁSICAS**

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Ciências Biológicas (Diurno)	<b>55</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Ciências Biológicas (Lic. – Noturno)	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>0</b>



### 3 - CED – CENTRO DA CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Arquivologia	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Biblioteconomia (Noturno)	<b>38</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Educação do Campo (Lic.)	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Pedagogia	<b>58</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>41</b>	<b>4</b>	<b>0</b>

### 4 - CCE – CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Artes Cênicas – Teatro	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Cinema	<b>19</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Design, Hab. em Animação	<b>24</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>-</b>
Design, Hab. em Produto	<b>27</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Design, Hab. em Design Gráfico	<b>25</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
Ead – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Bacharelado)	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Licenciatura)	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Letras – Licenciatura em Língua Espanhola	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Letras – Licenciatura em Língua Inglesa	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Letras – Licenciatura	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>

em Língua Portuguesa				
Jornalismo	<b>37</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Alemã e Lit.	<b>23</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Espanhola e Lit.	<b>22</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Francesa e Lit.	<b>23</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Inglesa e Lit.	<b>21</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Italiana e Lit.	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Port. e Lit	<b>53</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Port. e Lit.(Not)	<b>21</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Letras – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Bacharelado)	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Letras – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Licenciatura)	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Letras – Secret. Executivo Not.	<b>26</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>101</b>	<b>25</b>	<b>0</b>

## 5 - CCJ – CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Direito (Diurno)	<b>62</b>	<b>18</b>	<b>9</b>	<b>0</b>
Direito (Noturno)	<b>62</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>33</b>	<b>18</b>	<b>1</b>

## 6 - CCS – CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Enfermagem	<b>59</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
Farmácia	<b>92</b>	<b>26</b>	<b>10</b>	<b>0</b>
Fonoaudiologia (Noturno)	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Medicina	<b>67</b>	<b>20</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
Nutrição	<b>32</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Odontologia	<b>68</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>90</b>	<b>39</b>	<b>0</b>

## 7 - CDS – CENTRO DE DESPORTOS

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Educação Física (Bacharelado)	<b>39</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
Educação Física	<b>39</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>23</b>	<b>11</b>	<b>0</b>

## 8 - CFH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Antropologia	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Ciências Sociais (Diurno)	<b>29</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Ciências Sociais (Noturno)	<b>34</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Ead – UAB – Filosofia	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Filosofia (Diurno)	<b>25</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Filosofia (Noturno)	<b>21</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Geografia (Diurno)	<b>29</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Geografia (Noturno)	<b>27</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Geologia	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
História (Diurno)	<b>28</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
História (Noturno)	<b>30</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Museologia	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Oceanografia	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Povos Indíg. do Sul da Mata Atlânt. (Lic.)	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Psicologia	<b>63</b>	<b>18</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>305</b>	<b>82</b>	<b>24</b>	<b>0</b>

## 9 - CFM – CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Ead – Física (Licenciatura)	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – Matemática (Licenciatura)	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – Mat. (Lic.) – Maranhão	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Física (Bacharelado)	<b>28</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Física (Licenciatura) – Noturno	<b>33</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Matemática (Licenciatura)	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Matemática (Licenciatura) Noturno	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Matemática e Comp. Científica	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Química	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Química (Bacharelado)	<b>55</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Química (Licenciatura)	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>39</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

## 10 - CSE – CENTRO SOCIOECONÔMICO

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Administração (Diurno)	<b>66</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>0</b>
Administração (Noturno)	<b>66</b>	<b>19</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
Ciências Contábeis (Diurno)	<b>57</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>0</b>

Ciências Contábeis (Noturno)	<b>59</b>	<b>17</b>	<b>9</b>	<b>0</b>
Ciências Econômicas (Diurno)	<b>64</b>	<b>17</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
Ciências Econômicas (Noturno)	<b>65</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Ead – UAB – Administração	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Administ. Pública	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Ciências Contábeis	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Ciênc. Econômicas	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Relações Internacionais	<b>53</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
Serviço Social (Diurno)	<b>56</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Serviço Social (Noturno)	<b>25</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Ead – Administração	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
<b>Total</b>	<b>511</b>	<b>137</b>	<b>52</b>	<b>0</b>

## 11 - CTC – CENTRO TECNOLÓGICO

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Arquitetura e Urbanismo	<b>53</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
Ciências da Computação	<b>69</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Engenharia Civil	<b>69</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>0</b>
Engenharia de Alimentos	<b>39</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Eng. de Controle e Automação	<b>51</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Engenharia de Materiais	<b>54</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Engenharia de Produção Civil	<b>26</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Engenharia de Produção Elétrica	<b>28</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Eng. de Produção Mecânica	<b>28</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Engenharia Elétrica	<b>65</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Engenharia Eletrônica	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Engenharia Mecânica	<b>78</b>	<b>21</b>	<b>9</b>	<b>0</b>
Engenharia Química	<b>35</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
Engenharia Sanitária e Ambiental	<b>60</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
Sistemas de Informação (Noturno)	<b>62</b>	<b>20</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>731</b>	<b>194</b>	<b>68</b>	<b>0</b>

**ANO: 2010**

**1 - CCA – CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Agronomia	<b>83</b>	<b>22</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
Ciê.n.e Tecn.Agroalimentar	<b>54</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Engenharia de Aquicultura	<b>56</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Zootecnia	<b>55</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>248</b>	<b>58</b>	<b>8</b>	<b>1</b>

## 2 - CCB – CENTRO DE CIÊNCIAS BÁSICAS

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Ciências Biológicas (Diurno)	<b>64</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Ciências Biológicas (Lic. – Noturno)	<b>29</b>	<b>15</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>31</b>	<b>5</b>	<b>0</b>

## 3 - CED – CENTRO DA CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Arquivologia	<b>19</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Biblioteconomia (Noturno)	<b>44</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Educação do Campo (Lic.)	<b>37</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
Pedagogia	<b>57</b>	<b>19</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>157</b>	<b>51</b>	<b>15</b>	<b>0</b>

## 4 - CCE – CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Artes Cênicas – Teatro	<b>23</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
Cinema	<b>21</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>-</b>
Design, Hab. em Animação	<b>29</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>-</b>



Design, Hab. em Produto	<b>31</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
Design, Hab. em Design Gráfico	<b>32</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ead – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Bacharelado)	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Licenciatura)	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Letras – Licenciatura em Língua Esp.	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Letras – Licenciatura em Língua Inglesa	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Letras – Licenciatura em Língua Port.	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Jornalismo	<b>47</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Alemã e Lit.	<b>31</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Espanhola e Lit.	<b>29</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Francesa e Lit.	<b>31</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Inglesa e Lit.	<b>31</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Italiana e Lit.	<b>29</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Port. e Lit	<b>46</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>-</b>
Letras – Língua Port. e Lit.(Not)	<b>33</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Letras – Libras – Língua Brasileira de Sinais(Bacharelado)	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
Letras – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Licenciatura)	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Letras – Secret. Executivo Not.	<b>31</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>475</b>	<b>112</b>	<b>21</b>	<b>0</b>

## 5 - CCJ – CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Direito (Diurno)	<b>63</b>	<b>18</b>	<b>9</b>	<b>0</b>
Direito (Noturno)	<b>63</b>	<b>18</b>	<b>9</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>126</b>	<b>36</b>	<b>18</b>	<b>0</b>

## 6 - CCS – CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Enfermagem	<b>57</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Farmácia	<b>104</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Fonoaudiologia (Noturno)	<b>23</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Medicina	<b>70</b>	<b>19</b>	<b>11</b>	<b>1</b>
Nutrição	<b>34</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Odontologia	<b>83</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>371</b>	<b>102</b>	<b>19</b>	<b>1</b>

## 7 - CDS – CENTRO DE DESPORTOS

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Educação Física (Bacharelado)	<b>46</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Educação Física	<b>46</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>24</b>	<b>3</b>	<b>0</b>

## 8 - CFH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Antropologia	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Ciências Sociais (Diurno)	<b>24</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Ciências Sociais (Noturno)	<b>38</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Ead – UAB – Filosofia	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Filosofia (Diurno)	<b>23</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Filosofia (Noturno)	<b>26</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Geografia (Diurno)	<b>31</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Geografia (Noturno)	<b>34</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Geologia	<b>24</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
História (Diurno)	<b>35</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
História (Noturno)	<b>32</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Museologia	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Oceanografia	<b>22</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Povos Indíg. do Sul da Mata Atlânt. (Lic.)	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Psicologia	<b>67</b>	<b>19</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>388</b>	<b>99</b>	<b>18</b>	<b>0</b>

### 9 - CFM – CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Ead – Física (Licenciatura)	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – Matemática (Licenciatura)	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – Mat. (Lic.) – Maranhão	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Física (Bacharelado)	<b>40</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Física (Licenciatura) – Noturno	<b>46</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Matemática (Licenciatura)	<b>44</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Matemática (Licenciatura) Noturno	<b>20</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Matemática e Comp. Científica	<b>22</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Química	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Química (Bacharelado)	<b>63</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Química (Licenciatura)	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>251</b>	<b>64</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

**10 - CSE – CENTRO SOCIOECONÔMICO**

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
Administração (Diurno)	<b>76</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Administração (Noturno)	<b>74</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
Ciências Contábeis (Diurno)	<b>71</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Ciências Contábeis (Noturno)	<b>69</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Ciências Econômicas (Diurno)	<b>83</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Ciências Econômicas (Noturno)	<b>74</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Ead – UAB – Administração	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Administ. Pública	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Ciências Contábeis	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Ead – UAB – Ciênc. Econômicas	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
Relações Internacionais	<b>59</b>	<b>17</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
Serviço Social (Diurno)	<b>49</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Serviço Social (Noturno)	<b>43</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Ead – Administração	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>	<b>+</b>
<b>Total</b>	<b>598</b>	<b>145</b>	<b>26</b>	<b>0</b>

**11 - CTC – CENTRO TECNOLÓGICO**

<b>Curso</b>	<b>CG</b>	<b>EP</b>	<b>N</b>	<b>I</b>
1 – Arquitetura e Urbanismo	<b>60</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
2 – Ciências da Computação	<b>74</b>	<b>20</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
3 – Engenharia Civil	<b>84</b>	<b>22</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
4 – Engenharia de Alimentos	<b>41</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
5 – Engenharia de Controle e Automação	<b>55</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
6 – Engenharia de Materiais	<b>59</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
7 – Engenharia de Produção Civil	<b>29</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
8 – Engenharia de Produção Elétrica	<b>30</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
9 – Engenharia de Produção Mecânica	<b>32</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
10 – Engenharia Elétrica	<b>78</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
11 – Engenharia Eletrônica	<b>29</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
12 – Engenharia Mecânica	<b>51</b>	<b>22</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
13 – Engenharia Química	<b>34</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
14 – Engenharia Sanitária e Ambiental	<b>67</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
15 – Sistemas de Informação (Noturno)	<b>71</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>794</b>	<b>220</b>	<b>52</b>	<b>0</b>

## APÊNDICE III

**UFSC – Cursos distribuídos por Centros de Ensino**

**U F S C (11 CENTROS DE ENSINO)****1. CCA – CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

- 1 – Agronomia
- 2 – Ciência e Tecnologia Agroalimentar
- 3 – Engenharia de Aquicultura
- 4 – Zootecnia

**2. CCB – CENTRO DE CIÊNCIAS BÁSICAS**

- 1 – Ciências Biológicas Diurno
- 2 – Ciências Biológicas (Licenciatura – Noturno)

**3. CED – CENTRO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO**

- 1 – Arquivologia
- 2 – Biblioteconomia (Noturno)
- 3 – Educação do Campo (Licenciatura)
- 4 – Pedagogia

**4. CCE – CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO**

- 1 – Artes Cênicas – Teatro
- 2 – Cinema
- 3 – Design, Habilitação em Design de Animação
- 4 - Design, Habilitação em Design de Produto
- 5 - Design, Habilitação em Design Gráfico
- 6 – Ead – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Bacharelado)
- 7 – Ead – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Licenciatura)
- 8 – Ead – UAB – Letras – Licenciatura em Língua Espanhola
- 9 – Ead – UAB – Letras – Licenciatura em Língua Inglesa



- 10- Ead – UAB – Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa
- 11 – Jornalismo
- 12 – Letras – Língua Alemã e Literaturas
- 13 – Letras – Língua Espanhola e Literaturas
- 14 – Letras – Língua Francesa e Literaturas
- 15 – Letras – Língua Inglesa e Literaturas
- 16 – Letras – Língua Italiana e Literaturas
- 17 – Letras – Língua Portuguesa e Literaturas (Diurno)
- 18 - Letras – Língua Portuguesa e Literaturas (Noturno)
- 19 – Letras – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Bacharelado)
- 20 - Letras – Libras – Língua Brasileira de Sinais (Licenciatura)
- 21 – Letras – Secretariado Executivo (Noturno)

## **5. CCJ – CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

- 1 – Direito (Diurno)
- 2 – Direito (Noturno)

## **6. CCS – CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**

- 1 – Enfermagem
- 2 – Farmácia
- 3 – Fonoaudiologia (Noturno)
- 4 – Medicina
- 5 – Nutrição
- 6 – Odontologia

## **7. CDS – CENTRO DE DESPORTOS**

- 1 – Educação Física (Bacharelado)
- 2 – Educação Física

**8. CFH – CENTRO DE FILOSOFIA E DE CIÊNCIAS HUMANAS**

- 1 – Antropologia
- 2 – Ciências Sociais (Diurno)
- 3 – Ciências Sociais (Noturno)
- 4 – Ead – UAB – Filosofia
- 5 – Filosofia (Diurno)
- 6 – Filosofia (Noturno)
- 7 – Geografia (Diurno)
- 8 – Geografia (Noturno)
- 9 – Geologia
- 10 – História (Diurno)
- 11 – História (Noturno)
- 12 – Museologia
- 13 – Oceanografia
- 14 – Povos Indíg. do Sul da Mata Atlânt. (Lic.)
- 15 - Psicologia

**9. CFM – CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS**

- 1 – Ead – Física (Licenciatura)
- 2 – Ead – Matemática (Licenciatura)
- 3 – Ead – Matemática (Licenciatura) – Maranhão
- 4 – Física (Bacharelado)
- 5 – Física (Licenciatura) – Noturno
- 6 – Matemática (Licenciatura)
- 7 – Matemática (Licenciatura) Noturno
- 8 – Matemática e Computação Científica
- 9 – Química

10 – Química (Bacharelado)

11 – Química (Licenciatura)

## **10.CSE – CENTRO SOCIOECONÔMICO**

1 – Administração (Diurno)

2 – Administração (Noturno)

3 – Ciências Contábeis (Diurno)

4 – Ciências Contábeis (Noturno)

5 – Ciências Econômicas (Diurno)

6 – Ciências Econômicas (Noturno)

7 – Ead – UAB – Administração

8 – Ead – UAB – Administração Pública

9 – Ead – UAB – Ciências Contábeis

10 – Ead – UAB – Ciências Econômicas

11 – Relações Internacionais

12 – Serviço Social (Diurno)

13 – Serviço Social (Noturno)

14 – Ead – Administração

## **11.CTC – CENTRO TECNOLÓGICO**

1 – Arquitetura e Urbanismo

2 – Ciências da Computação

3 – Engenharia Civil

4 – Engenharia de Alimentos

5 – Engenharia de Controle e Automação

6 – Engenharia de Materiais

7 – Engenharia de Produção Civil

- 8 – Engenharia de Produção Elétrica
- 9 – Engenharia de Produção Mecânica
- 10 – Engenharia Elétrica
- 11 – Engenharia Eletrônica
- 12 – Engenharia Mecânica
- 13 – Engenharia Química
- 14 – Engenharia Sanitária e Ambiental
- 15 – Sistemas de Informação (Noturno)